****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 234, Ano 62 Sexta-feira.**

**15 de Dezembro de 2017**

**Secretarias, pág. 03**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC**

**DESPACHOS: LISTA 2017-2-229**

**COORDENADORIA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

ENDERECO: .

PROCESSOS DA UNIDADE SMTE/COSAN/FEIRA/SUP

**2017-0.181.013-8 SEC. MUN. DO DES., TRABALHO E**

**EMPREENDEDORISMO**

**DEFERIDO**

REVOGO A PERMISSAO DE USO OUTORGADA AO FEIRANTE

ROBERTO SANTOS BORGES, COM O CONSEQUENTE

CANCELAMENTO DA MATRICULA 003.867-02-1, NOS TERMOS

DISPOSTOS NO ART. 21 E ART. 24, INCISO V DO DECRETO

48.172/07, A PARTIR DE 12.12.2017, E ENCAMINHAMOS O

PRESENTE PARA PROVIDENCIAR A COBRANCA DOS DEBITOS

APONTADOS NAS TELAS ANEXAS, JA QUE FORAM ESGOTADOS

TODOS OS MEIOS AMIGAVEIS DE QUE DISPUNHAMOS.

**Servidores, pág. 22**

**TRABALHO EEMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**SUPERVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS**

**RELAÇÃO DE ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO**

**NOS TERMOS DO ARTIGO 112, DA LEI 8989/79**



**LICENÇA MÉDICA DE CURTA DURAÇÃO - COMISSIONADO/**

**CONTRATADO**

**Nos termos Portaria 507/SGP-2004, de 29/12/04, aos**

**servidores filiados ao RGPS.**



**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**LICENÇA GESTANTE RGPS**

Concedo 120 dias de Licença Gestante nos termos da Portaria

507/04 SGP, D.O.C. de 29/12/2004;

44.395.056 **Meiriane Cristina Mendes Ribeiro** de

06/11/2017 a 05/03/2018

**Licitações, pág. 49**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**8110.2017/0000161-2**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de empresa ou cooperativa especializada

na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet. Ata de R.P. 05/SMG-COBES/

2017, registrada pela Secretaria de Gestão. Contrato 14/

Fundação Paulistana/2017. Alterações de cláusula contratuais.

I - No uso das atribuições a mim conferidas por Lei e

com fulcro no Termo Aditivo n.º 02 à Ata de R.P. 05/SMG-

-COBES/2017 e demais elementos do presente, em especial o

Parecer 5897419 emitido pela Assessoria Técnico-Jurídica desta

Fundação, o qual adoto como razão de decidir, AUTORIZO o

aditamento ao contrato 14/Fundação Paulistana/2017, de intermediação

ou agenciamento de serviços de transporte individual

remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e

mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores

de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet,

provedores de conteúdo e outros serviços de informação

na internet, celebrado com a 99 TAXIS DESENVOLVIMENTO DE

SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF 18.033.552/0001-61,

que passa a denominar-se 99 TECNOLOGIA LTDA, para fazer

constar inclusão de item 4.2.1 à Cláusula QUARTA - DO PREÇO,

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE e a alteração da redação

dos itens 7.1 e 7.4 da CLÁSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO.

**Câmara Municipal, pág. 76**

**EXTRATO DA ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PÚBLICA DO ANO DE DOIS MIL E**

**DEZESSETE – PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA**

**DA DECIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA**

**MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos onze dias do mês de dezembro ano de dois mil e dezessete,

às onze horas, no Plenário 1º de Maio, 1º andar, reuniu-se

a Comissão de Administração Pública, para a realização da vigésima

sétima audiência pública da comissão sob a presidência do

Vereador Toninho Paiva (PR) e, com a presença do vereador André

Santos (PRB), iniciaram os trabalhos o presidente informou

que a reunião está sendo transmitida pelo site da Câmara no

endereço www.camara.sp.gov.br link auditório, ainda, informou

que a íntegra da transcrição desta audiência pública está disponível

ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de

São Paulo (www.camara.sp.gov.br), no link “Audiências Públicas

Registro Escrito” e na intranet, junto ao processo digitalizado

no endereço http://ecm/”. Ato continuo, o presidente informou

que essa audiência pública tem como objetivo discutir pauta a

ser lida, a seguir comunicou que foram publicados convites no

Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos jornais O Estado de

S. Paulo e Folha de São Paulo, foram convidados: Júlio Francisco

Semeghini Neto - Secretario Municipal de Governo, Paulo Antônio

Spencer Uebel - Secretario Municipal de Gestão, Caio Megale

- Secretario Municipal da Fazenda, Aline Pereira Cardoso de Sá

Barabinot - Secretário Municipal de Trabalho e Empreendorismo,

Jorge Damião de Almeida - Secretário Municipal de Esportes

E Lazer, Fernando Barrancos Chucre - Secretário Municipal de

Habitação, Alexandre Alves Schneider - Secretário Municipal de

Educação, Wilson Modesto Pollara - Secretário Municipal da

Saúde, Sérgio Henrique Passos Avelleda - Secretário Municipal

de Mobilidade e Transportes sendo representando pela Sra. Priscila

Carvalho, Filipe Tomazelli Sabará - Secretário de Assistência

e Desenvolvimento Social, e Heloisa Maria de Salles Penteado

Proença - Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento

sendo representado por: Luis Eduardo Surian Brettas, Arlete Dos

Anjos Grespan, Max Noe Neto e José Luiz Amádio. Em seguida

o presidente passou a palavra ao vereador André Santos que

secretariou os trabalhos que fez a leitura dos projetos em

segunda audiência publica: PL 575/2016 - Ver. Nabil Bonduki

(PT),Ver. José Police Neto (PSD),Ver. Ricardo Young (Rede),Ver.

Jair Tatto (PT),Ver. Eduardo Matarazzo Suplicy (PT),Ver. Janaína

Lima (Novo),Ver. Toninho Vespoli (PSOL),Ver. Soninha Francine

(PPS) - Institui a política municipal de segurança hídrica e gestão

das águas e dá outras providências; PL 56/2017 - Ver. Isac Felix

(PR) - Dispõe sobre a promoção de valorização dos protetores e

cuidadores de animais soltos ou abandonados no município de

São Paulo, e dá outras providências, a cada leitura de projeto o

presidente informava a realização da segunda audiência publica.

Ato continuo o vereador André Santos que fez para leitura dos

projetos em primeira audiência publica: PL 52/2017 - Ver. Ota

(PSB),Ver. Janaína Lima (NOVO) - Institui como política pública

o programa educacional de resistência às drogas e à violência,

no município de São Paulo e dá outras providências ; PL

176/2017 - Ver. Rute Costa (PSD) - Dispõe sobre a priorização do

investimento em ensino nas áreas periféricas com demonstrado

déficit de atendimento público no setor do ensino; PL 221/2017-

Ver. Claudio Fonseca (PPS) - Dispõe sobre a instituição dos

centros de prevenção e reabilitação das doenças profissionais;

PL 274/2017 - Ver. Adriana Ramalho (PSDB) - Dispõe sobre a

disponibilização dos locais de descanso para os profissionais de

enfermagem nos equipamentos de saúde no município de São

Paulo; PL 296/2017 - Ver. Gilson Barreto (PSDB) - Estabelece diretrizes

para a implantação do cursinho solidário nas unidades dos

centros educacionais unificados no município de São Paulo, e

dá outras providências; PL 306/2017 - Ver. Rute Costa (PSD),Ver.

Toninho Vespoli (PSOL),Ver. Jair Tatto (PT) - Dispõe sobre a

adesão ao parcelamento incentivado do Imposto Sobre Transmissão

De Bens Imóveis (ITBI) na aquisição do primeiro imóvel;

PL 323/2017 - Ver. Caio Miranda Carneiro (PSB) - Dispõe sobre

apoio ao desenvolvimento do desporto universitário, no âmbito

do município de São Paulo; PL 343/2017 - Ver. Toninho Vespoli

(PSOL) - Altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 13.697, de 22 de

dezembro de 2003, que dispõe sobre a criação do Programa de

Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta e dá outras

providências; PL 368/2017 - Ver. Caio Miranda Carneiro (PSB)

- Dispõe sobre logística reversa de resíduos eletroeletrônicos;

PL 611/2017 - Executivo - João Agripino da Costa Doria Junior -

Dispõe sobre a outorga e a gestão de concessão para confecção,

instalação e manutenção de elementos do mobiliário urbano

que especifica, a título oneroso e com exploração publicitária,

bem como altera o artigo 22 da lei nº 14.223, de 26 de setembro

de 2006; PL 621/2017 - Ver. Milton Leite (DEMOCRATAS)

- Estabelece normas especiais para reforma de imóveis na área

central destinados à habitação de interesse social e mercado

popular e dá outras providências; PL 622/2017 - Ver. Milton Leite

(DEMOCRATAS) - Dispõe sobre a regularização fundiária dos empreendimentos habitacionais promovidos pelo poder público no

município de São Paulo e dá outras providências; PL 741/2017

- Ver. Milton Leite (DEMOCRATAS) - Dispõe sobre contrapartidas

a serem adotadas por novos empreendimentos no município de

São Paulo em relação à área de segurança e prevenção contra

incêndios e dá outras providências; PL 785/2017 - Ver. Camilo

Cristófaro (PSB) - Altera a lei nº 13.478, de 30 de dezembro de

2002, a Lei nº 15.244, de 26 de julho de 2010 e estabelecem

mecanismos de denúncia sobre o descarte irregular de resíduos

e respectivas sanções no município de São Paulo, e dá outras

providências, a cada leitura de projeto o presidente informava

a realização da primeira audiência publica. A medida que cada

projeto era lido o presidente passava a palavra aos inscritos dentre

o público presente (Milton Gomes da Silva, Jefferson Capron,

Arlete dos Anjos Grespan) e o tema foi amplamente debatido

entre os representantes do Executivo os vereadores e o publico.

Não havendo mais nada a ser tratado às 12h foram encerrados

os trabalhos. Estavam presente os interpretes de Libras Wilson

Alves de Carvalho e Edson Silva Guedes do Educalibras. E, para

constar, nos Ana Lucia de Oliveira Sousa RF100.823 e Elaine

Gavioli RF 100.465, lavramos a presente ata, que lida e achada

conforme segue, assinada pelos membros e por nos subscrita.

**Câmara Municipal, pág. 97**

**EMENDA 777 AO PROJETO DE LEI 686/2017 - LOA 2018**

Acrescente-se a seguinte ação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: NOVO

ESPECIFICAÇÃO: Apoio ao Desenvolvimento Rural e Agroecologia

VALOR: R$ 1.000.000,00

Reforce-se a seguinte ação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: 30.10.08.605.3016.1131.4.4.90.39.00

ESPECIFICAÇÃO: Projetos de Abastecimento e Segurança

Alimentar e Nutricional

VALOR: R$ 10.848.630,00

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes desta

emenda serão provenientes da anulação, nos montantes indicados,

das seguintes dotações:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: 28.17.99.999.9999.8999.9.9.99.99.00

ESPECIFICAÇÃO: Reserva de Contingência

VALOR: R$ 10.848.630,00

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: 28.17.99.999.9999.8999.9.9.99.99.00

ESPECIFICAÇÃO: Reserva de Contingência

VALOR: R$ 1.000.000,00

AUTOR: Liderança PT

**Câmara Municipal, pág. 122**

**EMENDA 1671 AO PROJETO DE LEI 686/2017 - LOA 2018**

Acrescente-se a seguinte ação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: NOVO

ESPECIFICAÇÃO: Desenvolvimento de Projeto de Capacitação

e Empreendedorismo - ADE SAMPA.

VALOR: R$ 3.000.000,00

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes desta

emenda serão provenientes da anulação, no montante indicado,

da seguinte dotação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: 28.17.99.999.9999.8999.9.9.99.99.00

ESPECIFICAÇÃO: Reserva de Contingência

VALOR: R$ 3.000.000,00

AUTOR: ELISEU GABRIEL

**Câmara Municipal, pág. 163**

**EMENDA 3220 AO PROJETO DE LEI 686/2017 - LOA 2018**

Acrescente-se a seguinte ação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: NOVO

ESPECIFICAÇÃO: Projeto Cisarte - Oficinas de Economia

Criativa

VALOR: R$ 80.000,00

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes desta

emenda serão provenientes da anulação, no montante indicado,

da seguinte dotação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: 28.17.99.999.9999.8999.9.9.99.99.00

ESPECIFICAÇÃO: Reserva de Contingência

VALOR: R$ 80.000,00

AUTOR: SONINHA FRANCINE

**Câmara Municipal, pág. 299**

**EMENDA 6673 AO PROJETO DE LEI 686/2017 - LOA 2018**

Acrescente-se a seguinte ação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: NOVO

ESPECIFICAÇÃO: Emenda destina-se à Execução do Programa

São Paulo Afro Empreendedor, a ser executado pela Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Empreendedorismo.

VALOR: R$ 100.000,00

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes desta

emenda serão provenientes da anulação, no montante indicado,

da seguinte dotação:

CÓDIGO DA DOTAÇÃO: 28.17.99.999.9999.8999.9.9.99.99.00

ESPECIFICAÇÃO: Reserva de Contingência

VALOR: R$ 100.000,00

AUTOR: ALFREDINHO

**Câmara Municipal, pág. 302**

**EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES**

**PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - SGP.14**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A**

**FINALIDADE DE INVESTIGAR A CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE**

**DAS MULHERES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE**

**SÃO PAULO (PROCESSO RDP Nº 08-00013/2017)**

**RELATÓRIO FINAL**

“A proposta é abrangente, uma vez que mira não somente

os casos de violência física, mas também a desigualdade entre

os gêneros. A violência é uma consequência da vulnerabilidade

social e econômica. Portanto, é preciso analisar a origem do

problema e não somente as sequelas”.

**Vereadora Aline Cardoso - Proponente da CPI**

**Câmara Municipal de São Paulo**

Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para

investigar a condição de Vulnerabilidade da Mulher

Presidente - Ver. Edir Sales (PSD)

Vice-Presidente - Ver. Soninha Francine (PPS)

Relatora Final - Ver. Soninha Francine (PPS)

Sub-Relatora Saúde - Ver. Sandra Tadeu (DEM)

Sub- Relatora Violência contra a mulher - Ver. Sâmia Bonfim (PSOL)

Sub-Relatora Empoderamento Econômico - Ver. Adriana

Ramalho (PSDB).

São Paulo

Dezembro de 2017

Integrantes Atuais:

- Vereadora Edir Sales (PSD)

- Vereadora Juliana Cardoso (PT)

- Vereadora Noemi Nonato (PR)

- Vereadora Patrícia Bezerra (PSDB)

- Vereadora Rute Costa (PSD)

- Vereadora Sâmia Bonfim (PSOL)

- Vereadora Sandra Tadeu (DEM)

- Vereadora Soninha Francine (PPS)

Participaram desta CPI:

- Vereadora Adriana Ramalho (PSDB)

**- Vereadora Aline Cardoso (PSDB)**

- Vereadora Janaina Lima (NOVO)

Alterações na Composição:

\* A vereadora Soninha Francine assume vaga no lugar da

vereadora Janaina Lima em 19 de Abril de 2017.

**\* A vereadora Aline Cardoso foi desligada para assumir**

**cargo na Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo**

**em 21 de Julho de 2017.**

\* Vereadora Patrícia Bezerra compõe a CPI em 02 de

Agosto de 2017.

\* A vereadora Adriana Ramalho solicitou desligamento da

Comissão em 28 de Agosto de 2017, sem indicação de novo

substituto.

**Sumário**

1. Prazos

2. Introdução/Justificativa

3. Resumo das Reuniões e Eventos

4. Objeto

I): Sub- relatoria: Violência Contra a Mulher

1.1 Anexo do relatório de diligência

II) Sub- relatoria: Saúde

III)Sub- relatoria: Empoderamento Econômico

5. Das Oitivas

6. Encaminhamentos

7. Legislação

8. Conclusão

**1. Prazos**

- Criação: 30/03/2017

- Instalação: 11/04/2017

- Prazo original: 05/09/2017 (120 dias)

- Prazo com prorrogação: (120 dias) 19/02/2017

- Reuniões Quinzenais: terças-feiras às 10h45min.

- Conclusão dos trabalhos: 14/12/2017

**2. Introdução/Justificativa**

A presente CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito da Vulnerabilidade

da Mulher foi instalada através do Requerimento

RDS Nº 08-00013/2017 em 11 de abril de 2017.

A referida Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja finalidade

é investigar a condição de vulnerabilidade das mulheres no

Município de São Paulo, encontra respaldo para sua instalação

nos seguintes dispositivos legais:

- Artigos 58 § 3º da Constituição Federal;

- Artigos 32 e 33 da Lei Orgânica do Município;

- Artigos 89 e 90 do Regimento Interno da Câmara Municipal

de São Paulo.

Ainda de acordo com dispositivos legais, (art. 93, inc. III)

teve prazo de trabalho de 120 (cento e vinte) dias - prorrogado

por igual período, totalizando assim 240 (duzentos e quarenta

dias) de trabalho.

Na reunião de instalação realizada em 11/04/2017 foram

eleitas como Presidente e Sub-relatoras da CPI, respectivamente,

a então vereadora Aline Cardoso e as Vereadora Adriana Ramalho

– Empoderamento Econômico, Vereadora Sâmia Bomfim

– Violência Contra Mulher. Na reunião seguinte a Vereadora

Sandra Tadeu foi designada como sub-relatora do tema Saúde

da Mulher.

Toda a documentação produzida, a cronologia das reuniões,

as oitivas, ofícios enviados e recebidos, diligências, convites

e tudo o mais que foi tratado, foram registrados e passam a

fazer parte do presente documento em forma de anexos.

**Justificativa**

A Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por finalidade

investigar a condição de vulnerabilidade das mulheres no

Município de São Paulo, surge em um momento histórico no

legislativo paulistano.

Pela primeira vez, a Casa tem uma CPI constituída somente

por vereadoras. O objetivo desta CPI é trazer à discussão todas

as violências sofridas pelas mulheres no Município de São Paulo

e também constatar como o poder legislativo, pode cumprir sua

função de fiscalizar os órgãos executores das políticas públicas

e, também, elaborar leis que protejam as mulheres, rechaçando

todo e qualquer o tipo de violência.

Como seria impossível tratar a vulnerabilidade das mulheres

como um tema único, já que a mulher hoje sofre de todos os

tipos de violência, a Comissão optou por abordar, dentre vários,

três tipos específicos.

Sendo assim, a CPI foi dividida em:

**Violência contra Mulher**

Na sub-relatoria Violência Contra as Mulheres, o tema foi

debatido de forma transversal em todas as reuniões ocorridas

quinzenalmente entre os meses de abril e setembro de 2017.

Desta forma, apresentaremos os dados coletados sobre a violência

contra as mulheres, as políticas públicas de enfrentamento

e prevenção às formas de violência, as ações realizadas por esta

CPI acerca do tema, os encaminhamentos e os entraves para a

garantia dos direitos das mulheres na Cidade de São Paulo.

**Saúde**

A sub-relatoria Saúde tratou diversos temas, com foco

nos atendimentos públicos de saúde e da mulher vítima de

violência, não esquecendo de abordar sobre crianças vítimas de

estupro. O Hospital Pérola Byington, referência no atendimento

de mulheres vítimas de violência no Município de São Paulo,

contribuiu muito nessa discussão, sinalizando a

dificuldade de acesso aos recursos de saúde, visto que o

hospital é procurado por vítimas de todo o Estado, sobrecarregando

a demanda pela assistência fornecida no serviço.

Outros assuntos como “aborto legal”, câncer de mama,

métodos contraceptivos, ausência de médicos na Rede Pública

Municipal e situação obstetrícia no Município foram debatidos

nas reuniões.

Empoderamento da Mulher e Trabalho

O conteúdo apresentado pela sub-relatoria Empoderamento

da Mulher e Trabalho aborda a questão da desigualdade

salarial das mulheres em relação aos salários dos homens, até

quando essas exercem a mesma função e possuem o mesmo

nível de escolaridade.

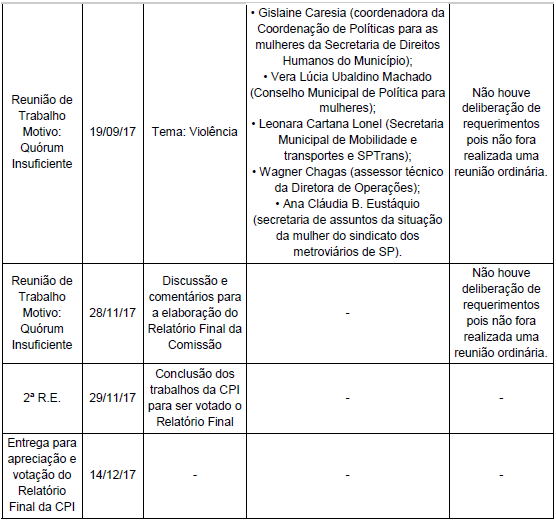
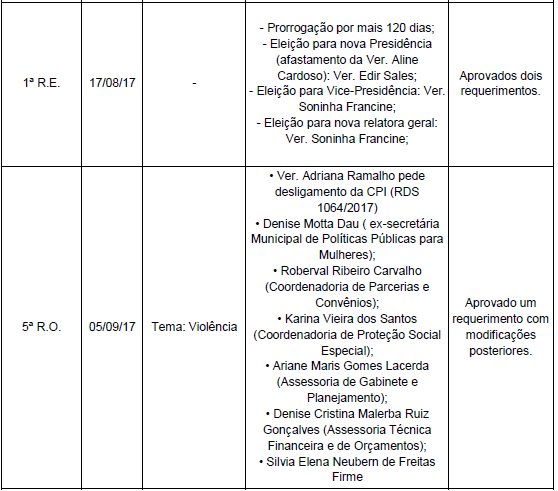
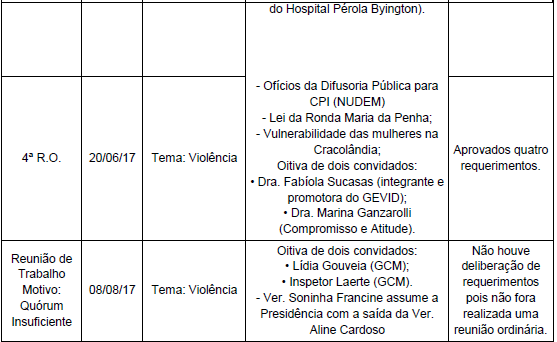
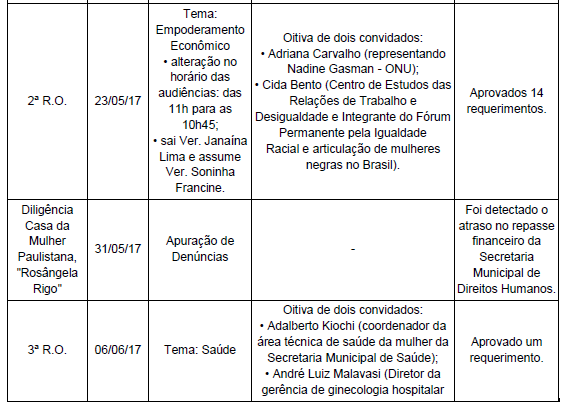
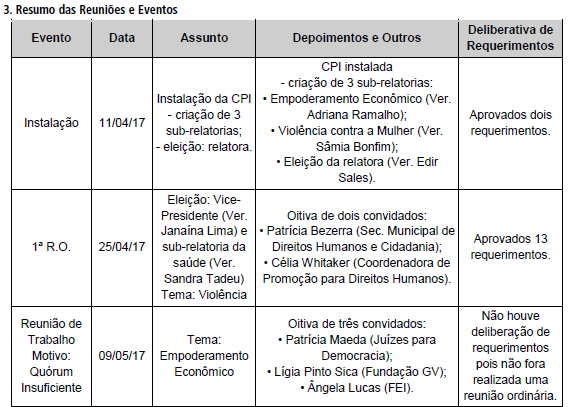
Traz também discussões acerca da questão étnica–racial

com dados fornecidos pela Academia Fundação Getúlio Vargas

– FGV. A vulnerabilidade das mulheres no ambiente de trabalho

não diz respeito somente a questão salarial, mas também ao

assédio moral a que são submetidas.



**3. Objeto:**

**I. Sub-relatoria: Violência contra a Mulher**

**Vereadora responsável: Sâmia Bomfim**

Apresentaremos nesta sub-relatoria os dados sobre a violência

contra as mulheres, as políticas públicas de enfrentamento e

prevenção às formas de violência, as ações realizadas por esta

CPI acerca do tema, os encaminhamentos e os entraves para a

garantia dos direitos das mulheres na Cidade de São Paulo.

O debate sobre a violência contra as mulheres é de extrema

relevância, considerando que, segundo a Fundação Thomson

Reuters (Londres, 2017)1, a cidade de São Paulo foi apontada,

ao lado de Nova Délhi (Índia), como a pior metrópole em número

de casos de violência sexual contra mulheres no mundo. Na

pesquisa geral, conforme link anexado, São Paulo ocupa o 11º

lugar do mundo mais perigosas para as mulheres. Na lista estão

Cairo, Karachi, Kinshasa, Déli, Lima, Cidade do México, Dhaka,

Lagos, Jakarta e Istambul.

O relatório investiga práticas culturais nocivas em 19 megacidades

do mundo (cuja população é superior a 10 milhões

de habitantes), sendo que Londres, Tóquio e Paris, foram consideradas

as três melhores. Foram analisados o acesso à saúde,

mortalidade materna, oportunidades econômicas, controle

sobre a saúde reprodutiva, entre outros.

Além disso, conforme a Organização Mundial da Saúde

(OMS), um terço das mulheres de todo o mundo é ou já foi vítimas

de violência física ou sexual2, o que indica que a violência

contra a mulher pode ser considerada uma epidemia.

O Brasil ocupou o 5º lugar no mundo em assassinatos

de mulheres durante o período de 2003 a 20153. A taxa de

feminicídios de mulheres negras aumentou 54,2%, enquanto

o feminicídio de mulheres brancas diminuiu 9,8%, sendo em

sua maioria cometido por homens com quem a mulher possui

alguma relação afetiva e em suas próprias residências.

“Tais dados são sempre vistos e divulgados, porém a mídia

continua atribuindo um tratamento de naturalização da violência

contra a mulher, como na grande maioria das propagandas

publicitárias, além de também difundir a hipersexualização da

mulher negra, tornando a violência contra a mulher algo cultural.

(Marina Zanatta Ganzarolli, Advogada e fundadora da Rede

Feminista de Juristas, Reunião Ordinária 20/06/17)”.

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A Lei Federal 11.340 de 20064, também conhecida como

Lei Maria da Penha, homenagem realizada à Maria da Penha

Maia Fernandes5, é considerada a terceira melhor legislação

do mundo6 no enfrentamento da violência doméstica, sendo

de suma importância para o Brasil. No país, uma em cada cinco

mulheres consideram já ter sofrido algum tipo de violência e o

parceiro é o responsável por mais 80% dos casos reportados

(Fundação Perseu Abramo, 2010)7.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 1808, criada

no ano de 2005, é a principal porta de acesso aos serviços que

integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra

a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base de dados

privilegiada para a formulação de políticas públicas. Em março

de 2014, o serviço assumiu a atribuição de disque-denúncia e

passou a receber denúncias de violência doméstica. Em 2015,

de acordo com dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres

da Presidência da República9, foram realizados 749.024

atendimentos pela Central. Na cidade de São Paulo, durante o

mesmo ano, 24.327 mulheres buscaram orientações e atendimento

junto à rede especializada de enfrentamento à violência.

No âmbito judicial, no período de 2006 a 2011, segundo o

Conselho Nacional de Justiça - CNJ, foram distribuídos 685.905

procedimentos, além de serem realizadas 26.416 prisões em

flagrante e 4.146 prisões preventivas.

Em relação à área da Saúde, em 201110, 37,8 mil mulheres

entre 20 e 59 anos receberam atendimento no Sistema Única

de Saúde - SUS, por terem sido vítimas de algum tipo de violência,

sendo o número quase 2,5 vezes maior do que o de homens

na mesma faixa etária atendidos pelo mesmo motivo, conforme

dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação -

Sinan, do Ministério da Saúde.

A reunião Ordinária de 20 de junho de 2017- convidou a

Promotora e componente do Grupo de Enfrentamento à Violência

Doméstica- GEVID11 - da Promotoria do Estado de São

Paulo, a Sra. Fabíola Sucasas Negrão Covas, para explanar sobre

o “Projeto Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia

de Saúde da Família”12

O Projeto Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia

de Saúde da Família13 surgiu em razão da necessidade

de se enxergar o ciclo completo da violência, compreendendo

que quanto menos articulada for a rede de enfrentamento à

violência, mais vulnerável estará a mulher. É fundamental o

fortalecimento dos serviços para a prevenção à violência, especialmente

nas periferias, onde as pessoas têm mais dificuldade

de encontrar os mecanismos para o enfrentamento a ela.

A Organização Mundial da Saúde - OMS14 reconheceu

a violência contra a mulher como questão de saúde pública.

No Brasil, a Lei 13.427/20115 inseriu no Sistema Único de

Saúde - SUS o princípio de atendimento público específico para

mulheres vítimas de violência doméstica. A mulher que sofre

violência possui duas vezes mais chance de ter depressão e

problemas com álcool, destaca a promotora, fato que se agrava

em razão da precariedade e até mesmo ausência de atendimento

fornecido pela rede de enfrentamento à violência, além de

haver também a naturalização e a complacência do Estado em

combatê-la, conforme relata a Promotora.

Diante desse cenário, o Projeto Prevenção da Violência

Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família visa fornecer

informações e também prestar atendimento aos casos de

violência. As Agentes Comunitárias de Saúde possuem papel

muito importante, uma vez que conseguem acessar o ambiente

familiar das mulheres que estão sofrendo violência doméstica

com mais facilidade, pois também são do território e trabalham

na mesma localidade, muitas vezes, por mais de 10 anos.

Para dar maior suporte à atuação das Agentes Comunitárias

nos casos de violência doméstica e situações de risco, o

Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica

– GEVID16 produziu uma cartilha denominada “Mulher,

Vire a Página”17. As Agentes recebem capacitação específica sobre o conteúdo da cartilha, que visa igualmente o seu próprio fortalecimento.

A cartilha, cujo conteúdo pretende alcançar o maior número

de mulheres, sejam elas crianças ou idosas, é distribuída porta

a porta na comunidade. Assim, multiplica-se o conhecimento

a respeito das relações de gênero, dos direitos previstos na Lei

Maria da Penha e também da rede de serviços disponíveis.

De acordo com a Promotora Fabíola Sucasas, “a partir de

dados levantados em janeiro de 2017 no Estado de São Paulo,

cerca de 82 mil processos estão em andamento. Nós temos, em

termos de promotoria especializada, os núcleos do Gevid: Leste

1, que fica no Fórum da Penha, com 5.726 feitos; Oeste, com

6.033 feitos, no Fórum do Butantã; Central com 8.588 feitos; Sul

1, Fórum da Vila Prudente, com 9.594 feitos; Norte com 10.951

feitos; na Sul 2, 15.328 feitos; na Leste 3, recém-criada e ainda

não instalada, não há números ; por último, a Leste 2, que tem

25.758 feitos. Somando-se o número de feitos da Zona Leste 2, Zona Sul 2 e Zona Norte, chega-se a mais de 50% dos processos em andamento”.

Na Zona Leste, o Itaim Paulista possui a maior taxa de violência

contra as mulheres da cidade. São Miguel, Jardim Helena e Vila Jacuí, que possuem a quinta maior taxa de agressão contra as mulheres na cidade, têm 50% da população constituída por crianças e adolescentes, o que agrava a preocupação com o presente e o futuro próximo.

Na Zona Norte, a Freguesia do Ó aparece como o 5º pior distrito da cidade em índices de homicídios, roubos, furtos e estupros. Cachoeirinha, Limão, Perus, Anhanguera e Casa Verde possuem taxa de mortalidade de mulheres jovens por causas externas superior à média municipal.

Na Zona Sul, Capela do Socorro, M’ Boi Mirim e Parelheiros

possuem altos índices de vulnerabilidade associados à e

incidência de violência, sendo a taxa de agressão contra as

mulheres neste último uma das mais altas da cidade.

Diante desse cenário, a proposta é que o programa Prevenção

da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde

da Família seja expandido a todos territórios vulneráveis na

cidade de São Paulo, tendo como objetivo a capacitação dos

3.630 Agentes Comunitários de Saúde, iniciando-se pelo Itaim

Paulista e Centro. Ainda que a região central não apareça entre

os territórios com maior número de ocorrência, tal expansão

foi proposta pelas próprias Agentes Comunitárias em razão da

constatação do número crescente de imigrantes que moram

na região, em cujas comunidades há muitos relatos de atos de

violência contra a mulher, ainda que os registros oficiais não os acusem.

O Projeto também foi estabelecido na recém-aprovada Lei

Municipal 3602/201718 na cidade de Leme/SP, e também na

recém-aprovada Lei Municipal 3997/201719 no Município de Ubatuba/SP.

Entende-se, portanto, que a aprovação de Projeto de Lei

que garanta a prevenção da violência doméstica como Estratégia

de Saúde da Família é de suma importância para a

permanência do serviço, de modo a assegurar que seja política

de Estado. A capacitação permanente dos profissionais abre a possibilidade de avaliação e monitoramento e institucionaliza, portanto, a política pública.

Outro importante projeto foi apresentado pela advogada

e fundadora da Rede Feminista de Juristas, a Sra Marina Zanatta

Ganzarolli, chamado “Programa de Sensibilização aos

Homens Autores de Agressão20”, que consiste em, além das

penas alternativas previstas pela lei Maria da Penha, incluir o

sujeito agressor em uma série de encontros de sensibilização

e reflexão a respeito da formação da masculinidade, partindo

da compreensão que a raiz da violência está na ideia de que o

homem tem de ser bruto, macho, que homem não chora, que

não manifesta sentimentos, que não pode ser sensível.

A convidada relatou que o trabalho em grupos com os

agressores reduz a reincidência em mais de 30%. Todavia, em

São Paulo, conforme destacou em sua exposição a Promotora

de Justiça, Fabíola Sucasas, não existem ainda serviços adequados

para atendimento do homem agressor de modo a efetivamente

romper com o ciclo de violência.

Nesta data, porém, a cidade de São Paulo já conta com lei

nesse sentido. O PL 390/17, de autoria da vereadora Adriana

Ramalho, aprovado em 01 de novembro de 2017, Institui o

Programa Tempo de Despertar, que dispõe sobre a reflexão,

conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica

e grupos reflexivos de homens, e dá outras providências.

Em reunião de trabalho realizada no dia 08 de agosto de

2017, a Sra. Lídia Maria de Gouvêa, Subcomandante da Guarda

Civil Metropolitana, foi convidada para apresentar o “Programa

Guardiã Maria da Penha”.

O Programa Guardiã Maria da Penha, instituído por Fernando

Haddad por meio do Decreto Municipal 55089 de maio de

201421 e depois objeto da Lei 16.165/201522, teve início com

a assinatura de Termo de Cooperação entre o Ministério Público

do Estado de São Paulo - MPSP, a Secretaria Municipal de Segurança

Urbana - SMSU e a Secretaria Municipal de Políticas para

Mulheres23 e é realizado na região central da cidade.

Conforme descrito no artigo 4º do Decreto, o programa

é executado através das seguintes ações: I - identificação e

seleção de casos a serem atendidos, após encaminhamento

pelo Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência

Doméstica – GEVID, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública; II -

visitas domiciliares periódicas e acompanhamento pela Guarda

Civil Metropolitana dos casos selecionados; III - verificação

do cumprimento das medidas protetivas aplicadas pelo Poder

Judiciário ou autoridade policial e adoção das medidas cabíveis

no caso de seu descumprimento; IV - encaminhamento das

mulheres vítimas de violência para os serviços da Rede de Atendimento

e para o serviço de assistência judiciária da Defensoria

Pública do Estado de São Paulo, quando for o caso.

Durante a visita domiciliar, é preenchido um formulário em

que constará o relato da situação. As visitas periódicas podem

ser realizadas em locais diferentes, como no trabalho, e todas

as informações colhidas são enviadas ao Ministério Público. No

período de 2014 a 2017, foram realizadas 31.223 visitas.

Caso a mulher não queira ser atendida pelo Programa, é

disponibilizado formulário específico, com o fim de isentar a

Guarda Civil de qualquer responsabilidade. Segundo a Inspetora,

avalia-se que isso acontece em grande parte por medo.

Um serviço de atendimento telefônico 24 horas é disponibilizado

para as participantes do Programa Guardiã Maria

da Penha, por meio do qual se pode acionar uma viatura da

Guarda Civil. Segundo Laércio dos Santo Silva Filho, Coordenador

do Programa, em geral é uma viatura disponível na região

central que acompanha esses casos, e, se houver algum tipo de

dúvida, são solicitadas as viaturas do Programa em razão do treinamento específico e conhecimento mais apurado. Em caso de desobediência à Medida Protetiva, é lavrado um Boletim de Ocorrência de Desobediência, e, se houver agressão, a Guarda tomará as providências necessárias.

Os convidados foram indagados quanto ao possível registro

de violência contra a mulher cometida por Guardas Civis.

A Subcomandante descreveu o funcionamento da Divisão de

Disciplina, que é notificada pela Corregedoria da Guarda Civil

quando esta é informada de qualquer ocorrência que “fuja à

característica do trabalho diário do Guarda”.

O Sr. Laercio mencionou o trabalho da Divisão Técnica de

Orientação Social, que realiza o acompanhamento social e psicológico

do guarda civil, providenciando ações que façam com

que esse guarda seja atendido e recolocado de maneira positiva

para trabalhar nos casos em que tenha havido afastamento.

A Legislação exige que, quando um Guarda é punido por ter

cometido infração durante o exercício de sua função, ele passe

por curso de requalificação. Conforme o Coordenador Laércio,

estão sendo elaboradas ações que sejam mais efetivas para mudança

de postura dos Guardas, como a realização de palestra e

de discussões sobre assédio moral nos locais de trabalho

De janeiro a junho deste ano (2017) foram feitas 61 averiguações

preliminares, 07 averiguações de violência doméstica,

05 inquéritos administrativos e 02 sindicâncias, tendo sido

constatados 06 casos de assédio moral e 01 caso de violência

doméstica. Em 2016, foram 08 denúncias de assédio moral

por Guardas e 01 denúncia de violência doméstica, tendo sido instaurados 23 processos por assédio moral, assédio sexual e violência doméstica.

Em relação ao Botão do Pânico24, o coordenador informou

que foi solicitado levantamento com uma empresa paulista,

que desenvolveu um projeto. Entretanto, é preciso considerar

com o setor jurídico se a empresa de fora São Paulo pode ou

não concorrer. Além disso, outro problema é a parte financeira,

pois a Guarda Civil não possui verba para adquirir e instalar

integralmente o programa ”Botão do Pânico”.

Contudo, a Vereadora Edir Sales esclareceu, na Reunião de

Trabalho desta Comissão, no dia 08/08/2017, que o governo

criou dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual para

garantir a implantação do Botão do Pânico.

**VIOLÊNCIA SEXUAL- 20/06/2017**

A cada 11 minutos e 33 segundos, uma pessoa é estuprada

no Brasil. Esse número corresponde a cinco estupros por

hora25. Em 201526, o país registrou 45,4 mil casos (Anuário

Brasileiro de Segurança Pública, 2016); 88,5% das vítimas eram

do sexo feminino, sendo 70% crianças e adolescentes (SINAN,

2011)27, além de 11,3% dos estupros serem cometidos pelos

próprios pais (IPEA, 2016)28.

O Código Penal, em seu artigo 12829, estabelece que não

se pune o aborto realizado mediante duas situações, quando

não há meio de salvar a vida da gestante e quando a mulher é

vítima de estupro, o que é conhecido como “aborto legal”. Em

São Paulo, o Hospital Pérola Byington30 presta atendimento às

mulheres nos casos de aborto legal, enquanto, como lembra a advogada Marina Zanatta Ganzarolli (Reunião Ordinária do dia 20/06/17), não são todos os equipamentos do Sistema Único de Saúde - SUS que o fazem.

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E MORTALIDADE MATERNA-**

**23/05/2017**

O Brasil não atingiu a meta dos Objetivos do Milênio quanto

à diminuição da mortalidade materna. De acordo com estudo

realizado pela Fundação Seade, houve crescimento da taxa de

mortalidade materna31 entre 2012 e 2013, havendo decréscimo

nos dois anos seguintes. Sobre o percentual de crianças

nascidas vivas por número de consultas, verifica-se que de 2006

para 2014, com exceção das mulheres orientais, todas as outras

fizeram mais consultas pré-natais

Quanto à distribuição do percentual de óbitos maternos

por tipo de causa obstétrica – direta, indireta e não especificada

- as mulheres brancas foram menos afetadas que as

mulheres negras, conforme destacou Adriana Carvalho, da ONU

Mulheres, na Reunião Ordinária desta CPI, realizada no dia

23/05/2017.

Ainda que haja legislação garantindo direitos às gestantes,

muitas são vítimas de violência obstétrica. São recorrentes as

denúncias de mulheres que tiveram dificuldade de terem seus

companheiros autorizados a acompanhar o parto, e de médicos

empurrando a

barriga da parturiente para acelerar o nascimento (Marina

Zanatta Ganzarolli, Reunião Ordinária do dia 20/06/17).

No tocante às mulheres grávidas que estão inseridas no

sistema penitenciário, há notícias de constantes violações aos

seus direitos. De acordo com a Fiocruz32, durante o período de

2012 a 2014, o acesso à assistência pré-natal foi inadequado

para pelo menos 36% das mães, enquanto 15% afirmaram

terem sido vítimas de violência. Grande parte dos estabelecimentos

prisionais não conta com a estrutura necessária para

realização do parto, dado que muitas mulheres estão parindo

algemadas33, relata Marina Zanatta Ganzarolli, mesmo existindo

a Lei 13.434/201734, que veda o uso de algemas pelas

detentas no período que antecede o parto. Também não há

estrutura para garantir a presença dos filhos junto às mães.

**REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**- 25/04/2017 - Reunião realizada em 25/04/2017, com a**

**presença da Sra. Patrícia Bezerra, então titular da Secretaria**

**Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São**

**Paulo - SMDHC.**

Em seu relato, a Secretária expôs as seguintes informações

a respeito dos serviços oferecidos pela Secretaria:

Os Centros de Cidadania da Mulher - CCM35 são equipamentos

voltados à promoção da autonomia econômica e cidadania

ativa. Constituem espaços de convívio comunitário que

oferecem atividades de fortalecimento da autoestima, realizam

oficinas e eventos para estímulo à geração de renda e atuam na

prevenção da violência.

- Centro de Cidadania para Mulher - CCM’s:

\* CCM PARELHEIROS

\* CCM ITAQUERA

\* CCM PERUS

\* CCM CAPELA DO SOCORRO

\* CCM SANTO AMARO

Os Centros de Referência da Mulher36 atendem mulheres

em situação de violência, oferecendo serviço gratuito de

acolhida, atendimento psicossocial e encaminhamento para

outros serviços públicos (saúde mental, UBS, Justiça, Casa

de Passagem, Abrigo sigiloso). Oferecem também oficinas de

caráter lúdico, terapêutico e de inclusão econômica, além de

serviços jurídicos.

- Centro de Referência da Mulher - CRM’s:

\* CRM 25 de Março

\* CRM CASA ELIANE DE GRAMMONT (Vila Clementino)

\* CRM CASA BRASILÂNDIA

\* CRM Maria De Lourdes (Capão Redondo)37

**Equipamentos e Recursos Humanos**

Foi exposto em reunião desta CPI que, conforme ofício

protocolado em maio de 2017 junto à SMDHC pelo NUDEM/

Defensoria Pública (anexo), esta é a situação do quadro de

Recursos Humanos dos serviços acima citados:

“Até o momento, os Centros de Cidadania e Centros de

Referência da Mulher não possuem a equipe técnica necessária,

e alguns contam com precária infraestrutura de computadores,

impressoras e acesso à rede de dados. Inexiste qualquer

supervisão técnica (Horas Técnicas) especializada em gênero

e violência para os/as profissionais que atendem diretamente

às mulheres em situação de violência nos serviços da rede,

precarizando o atendimento específico e complexo voltados

às mulheres”.

Em ofício, a informação fornecida era que os CCM’s Santo

Amaro, Perus e Parelheiros não possuíam técnicas e os CRM’s

25 de Março e Eliane de Grammont, possuíam apenas Assistente

Social, não havendo prestação adequada do serviço em conformidade

com na Norma Técnica de Uniformização - Centro de

Referência de Atendimento à mulher em Situação de Violência/

Recursos Humanos38. No CRM Capão Redondo, o serviço conveniado

teve redução da equipe técnica e de horas de oficinas,

o que acarretou redução da oferta de atendimento e evasão das

mulheres no atendimento. CRM São Miguel: serviço fechado

sem previsão de reabertura.

Em resposta ao ofício nº 046/2017 protocolado por essa

CPI (anexo), com as questões: Os Recursos Humanos dos serviços

CRMs, CCMs e Serviço de Acolhimento para Mulheres em

Situação de Violência estão de acordo com a Norma Técnica

de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento

à Mulher em Situação de Violência?; Tendo em vista o sucateamento

dos serviços, e escasso RH, qual a previsão de convocação

de técnicos (Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos,

Auxiliar Administrativos, etc.) para compor os serviços?, assim

se pronunciou SMDHC:

“A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, junto à

Coordenação de Políticas para as Mulheres, está analisando

a contratação de novas técnicas para garantir o atendimento

qualificado às mulheres em situação de violência. A convocação

de técnicas que aguardam nomeação pelos concursos de Psicologia,

Serviço Social, Administração e Pedagogia não depende

da Coordenação de Políticas para as Mulheres ou da Secretaria

de Direitos Humanos, tendo em vista ser necessária avaliação

administrativa e financeira, não competindo apenas a ela fornecer

esse tipo de previsão. Entretanto, as Casas vêm funcionando

e prestando os serviços a que se propuseram”.

Foram apresentados dados de atendimentos da Rede Municipal

de Enfrentamento à Violência contra a Mulher39 referenciados

na SMDHC, nos anos de 2015 e 2017. A SMDCH

informou que não dispunha dos números relativos ao ano de

2016, que não teriam sido disponibilizados pela gestão anterior.

Por sugestão das vereadoras que compunham a Mesa, foi sugerida

a convocação da Ex-Secretária de Políticas para Mulheres-

SMPM- Denise Mota Dau - para maiores esclarecimentos.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS AS MULHERES**

**– SMPM40**

Em reunião desta CPI realizada no 05/09/17, A Sra. Denise

Mota Dau, ex - Secretária Municipal de Políticas para Mulheres,

apresentou informações das ações desenvolvidas pela pasta

para atendimento às mulheres em situação de violência, dos

programas e projetos de prevenção e de ações intersecretariais

relacionadas a gênero na esfera Legislativa e Executiva.

Elencamos por tópicos as ações e a descrição, bem como os

anexos que os compõe:

**Importância de Secretaria Federal e Municipal de**

**Políticas para as Mulheres**

A criação da Secretaria Municipal de Políticas para as

Mulheres foi considerada avanço e conquista importante dos

movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento

sindical, que reivindicavam não apenas esta Secretaria

como também a implantação de uma Secretaria Municipal da

Igualdade Racial41.

Na cidade de São Paulo já havia uma Coordenadoria desde

2002, na gestão da prefeita Marta Suplicy, e foi na gestão Fernando

Haddad, em 2013 que esse diálogo com os movimentos

sociais resultou na materialização da Secretaria.

A extinção da Secretaria gerou grande preocupação entre

os movimentos sociais que reivindicaram sua criação. “Por

mais que se afirme que as políticas serão mantidas, na prática

haverá uma redução no orçamento, nos Recursos Humanos, no

empoderamento e capacidade de diálogo em relação às demais

Secretarias para que projetos transversais sejam realizados”,

afirmou a ex-Secretária.

Entre as ações destacadas pela SMPM está a assinatura do

Termo de Adesão ao Programa Mulher Viver Sem Violência42,

instituído pela Presidenta Dilma por meio do Decreto 8086 de

agosto de 2013. Isso permitiu acesso à Unidade Móvel (ônibus

equipado com duas salas individuais), equipe multifuncional

para atendimento às mulheres nas diversas regiões e a implantação

da Casa da Mulher Brasileira43.

Houve ainda a implantação do Comitê Intersecretarial de

Políticas Para as Mulheres (Decreto 54.660 de 05 de dezembro de 2013), composto por 20 Secretarias Municipais44 com o objetivo de formular ações para garantir que as políticas de gênero fossem incorporadas nas atividades de todas elas e para o monitoramento dessas ações.

**Programa Parceria Social**

O Programa Parceria Social foi estabelecido em Termo de

Cooperação/001 da Secretaria Municipal de Política para as

Mulheres45 com a Secretaria Municipal de Habitação, instituindo-

se um protocolo de Cooperação para garantir o acesso

de mulheres em situação de violência a esse programa, para

que tivessem também subsídio na locação, no aluguel social de imóveis.

Núcleo de Educação em Gênero e Sexualidade46

Portaria Intersecretarial estabeleceu parceria entre as Secretarias

Municipais de Educação e de Políticas para as Mulheres

para a implantação do Núcleo de Educação em Gênero

e Sexualidades, prevendo-se a execução de políticas voltadas

para a igualdade de gênero nas unidades educacionais da Rede

Municipal de Ensino, visando à consolidação de currículos e

ações escolares que desenvolvam conteúdos de educação com

respeito à diversidade étnica, social e de gênero, a partir do

princípio não homofóbico e antirracista.

Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres

Em dezembro de 2013, foi firmado convênio pela Prefeitura

com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência

da República em 2013, anteriormente à criação da SMPM, para

“Promover a formação cidadã de mulheres, através da realização

de Rodas de Conversa, Cursos e Plenárias Preparatórias

- Consultivas e Deliberativas - visando fortalecer e qualificar

a presença da mulher nos espaços de debate, decisão e poder

do Município de São Paulo, e concomitantemente instituir

os Fóruns Regionais de Mulheres, espaços de participação e formação política-social”.47. Os Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres vieram a ser instituídos em março de 201648 e são compostos por:

\* 20 mulheres eleitas pela sociedade civil

\* 5 mulheres indicadas pelo governo

A intenção da implementação dos fóruns foi monitorar

as políticas no território em articulação com os Conselhos

Participativos, para que as mulheres fiscalizassem e levassem as

demandas para as subprefeituras.

Paridade de Gênero nos Conselhos Municipais

A Prefeitura sancionou e regulamentou a Lei nº 15.946,

de 23 de dezembro de 201349, de garantia de, no mínimo,

50% de mulheres em todos os conselhos de controle social do

município de São Paulo, por meio do Decreto 56.021, de 31 de

março de 201550.

Centro de Orientação ao Emprego Doméstico

**O Termo de Cooperação Técnica 001 SMPM-SDTE51 foi**

**firmado em 9 de maio de 2015 pela Secretaria Municipal de**

**Políticas para Mulheres com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento,**

**Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria Municipal**

**de Promoção da Igualdade Racial; a Confederação Nacional dos**

**Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT, a ONU Mulheres,**

**o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos; a Faculdade de Direito**

**da Universidade de São Paulo e a Fundação Friedrich Ebert.52**

O Termo instituiu a “Convergência de esforços para a

execução do Programa de Orientação ao emprego Doméstico,

voltado para a orientação jurídica para empregadas, empregados

e empregadores domésticos e à promoção de estratégias

de valorização do trabalho doméstico e empoderamento econômico

da categoria”.

Portaria Intersecretarial - 30% de postos de trabalho ocupados

por mulheres nas empresas de transporte coletivo público

na Cidade de São Paulo

A Portaria Intersecretarial 002, de 10 de dezembro de

201553, trata da garantia de contratação de, no mínimo, 30%

de mulheres no Sistema de Transporte da Prefeitura de São

Paulo, para que as mulheres também tenham inserção em áreas

que até hoje são majoritariamente masculinas.

Iluminação Pública - Termo 001/2016 SMPM e Secretaria

de Serviços em articulação com os Fóruns de Políticas para

Mulheres.

Foi firmado o Termo referido com o intuito de proporcionar

maior segurança e qualidade de vida às mulheres na cidade de

São Paulo através da adequação dos serviços de iluminação

pública, considerando-se as condições de mobilidade urbana e

a incidência de violência sexual contra as mulheres, principalmente

no período noturno. Os Fóruns Regionais monitoravam

e indicavam, junto à Secretaria de Serviços e com base em

indicadores de violência na Cidade de São Paulo, as regiões

onde haviam ocorrido episódios de violência contra a mulher.

Lei 16.396/2016 - Estágio Probatório das Servidoras Municipais

em Licença Maternidade.

Por meio da Lei 16.396, de 25 de fevereiro de 201654, ficou

estabelecido que os períodos de afastamento das servidoras em

virtude de concessão de licença à gestante, licença-paternidade

e licença-adoção ou guarda contarão como sendo de efetivo

exercício para contagem do prazo de estágio probatório. O

Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante

para o quadro de servidoras foi instituído em São Paulo pelo

Decreto 60.572 de 2009.

Lei 16.488 - Prevenção e o Combate ao Assédio Sexual na

Administração Pública, Direta, Autárquica e Fundacional.

“No combate ao assédio sexual na Administração Pública,

nós formulamos e esta Casa aprovou a Lei 16.488, de 13 de

julho de 201655, dispondo sobre a prevenção e o combate ao

assédio sexual na administração pública direta, autarquias e

fundacional, estabelecendo mecanismos a fim de atingir essa

finalidade, tais como: incentivo ao desenvolvimento de políticas

de prevenção e de combate ao assédio sexual, e a disponibilização

de canal centralizado de atendimento especializado e

recebimento de denúncias relativas a situações de assédio”.

Dados 2016 - Portaria 19 de 16 de dezembro de 2016 -

Compilação de dados de 2016 em janeiro de 2017.

Houve na primeira reunião desta CPI a informação de que

gestão anterior não teria deixado dados relacionados ao atendimento

das mulheres em situação de violência nos serviços

durante o ano de 2016.

A ex-Secretária afirmou que a Portaria 19 de 16 de dezembro

de 201656, “com o objetivo de uniformizar e concretizar

o atendimento integral às mulheres em situação de violência

de gênero no tocante aos serviços vinculados a cada uma das

Secretarias”, instituiu o Sistema de Monitoramento da Rede de

Atendimento às Mulheres, estabelecendo parâmetros e instrumentos

de avaliação do atendimento, assim como objetivando

a produção de indicadores quantitativos e qualitativos a fim de

subsidiar o planejamento e acompanhamento das políticas para

as mulheres no município de São Paulo e promover a transparência

ativa e controle social do órgão

O art. 4º da Portaria trata do envio de dados e aponta que

os levantamentos devem contemplar também às condições

materiais, de recursos humanos e de espaço físico que existem

no território e no município como um todo, e que ”deverão ser

enviados até o décimo dia útil dos meses de abril, julho, outubro

e janeiro, por meio eletrônico”.

Política de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Doméstica e Familiar de Gênero. Termo de Cooperação 001

SMPM/SMADS - de 17 de dezembro de 201557.

Determina a implementação da Política de Atendimento

à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de

Gênero em todos os serviços vinculados à SMPM e SMADS58.

Em ofício protocolado pela Sra. Denise Dau, em 05/09/17

nesta CPI, constam anexas cópias dos marcos legais citados, extratos

do Diário Oficial do Município e da União dos respectivos

convênios e termos de cooperação, além de Ata e documentos

disponibilizados na transição da gestão municipal.

Casa de Acolhimento Provisório de Curta Duração - Rosângela

Rigo59

Em reunião desta CPI realizada no dia 25/04/2017, a então

Secretária Patrícia Bezerra apresentou o serviço de acolhimento

emergencial e/ou de curta duração (15 dias prorrogáveis por

mais 15) para mulheres e seus filhos com integridade física em

risco ou sofrendo ameaça psicológica. Possui capacidade para

atender 20 mulheres acompanhadas de seus filhos, oriundos

de encaminhamentos realizados pelos CRMs, CCMs, CDCMs,

CREAs, GCM, DDMs e Distritos Policiais.

Após o acolhimento e estudo de caso, as mulheres e também

seus filhos são direcionados para a rede de atendimento à

mulher em situação de violência.

Durante a exposição da Secretária, houve intervenção de

representantes da ONG conveniada e trabalhadoras presentes,

que questionaram o atraso do repasse do convênio, o que estaria

prejudicando o funcionamento do serviço. A representante

do setor de prestação de contas da SMDHC - Maria Luiza - prestou

esclarecimentos sobre o trâmite no processo de prestação

contas, os valores repassados e pendentes.

Segundo a Sra. Patrícia Bezerra, a gestão anterior não teria

deixado previsão orçamentária para a execução deste serviço

e ela estava reunindo esforços para que os equipamentos permanecessem

em funcionamento sem perdas nos atendimentos.

Em anexo no final deste documento consta a descrição da

diligência realizada por esta CPI à Casa da Mulher Paulistana

“Rosângela Rigo”.

Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de

Violência - Casa Abrigo Helenira Rezende de Souza Nazaré60

Em reunião desta CPI foi exposto que, segundo denúncias

recebidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Núcleo

Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher61

(NUDEM), este serviço não estaria realizando o número

acolhimentos dentro de sua capacidade. De acordo com Ofício

21/2017 protocolado nesta CPI, teriam sido realizado apenas 27

acolhimentos entre os anos de 2015 a maio de 2017 .

Diante do cenário de precarização da rede de enfrentamento

a violência doméstica, de subutilização de equipamentos

enquanto outros serviços de acolhimento vinculados a SMADS

funcionam acima de sua capacidade (conforme ofício nº 780/

SMADS/2017), as integrantes desta CPI se comprometem a

averiguar continuamente as denúncias aqui relatadas.

Unidade Móvel de Enfrentamento à Violência Contra as

Mulheres

Conhecido como “Ônibus Lilás”, o equipamento faz parte

da estratégia para a realização de atendimentos de maneira

descentralizada no programa federal “Mulher Viver Sem Violência”

62. A unidade móvel levava atendimentos a diversas

regiões da cidade, principalmente locais onde o acesso das

mulheres a serviços públicos se dá forma precária. Entretanto,

neste ano de 2017 o Governo Federal encerrou o convênio de

manutenção da unidade. Diante da ausência de previsão orçamentária

para esta finalidade, A SMDHC estuda a possibilidade

do lançamento de edital para Parceria Pública Privada - PPP,

objetivando o retorno das atividades do ônibus.

De acordo com o ofício nº 07/2017 apresentado nesta

CPI, a unidade móvel não se encontrava com a documentação

regularizada, por possuir multas e não estar licenciada. Além de

não possuir equipe multidisciplinar fixa, estava referenciada na

Coordenação de Enfrentamento à Violência (CEVIM) da extinta

Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.

A ex secretária Sra. Denise Dau informou que “foram

anexadas duas multas por rodízio pagas e duas sobre a falta de

indicação de condutor da gestão atual da PMSP, e outro atestado

de Nada Consta sobre Unidade Móvel junto ao DETRAN,

o que significa que a situação atual do equipamento estaria

regularizada. Consta ainda a data de vencimento do convênio

com Governo Federal de 02/04/17, cabendo possibilidade de

renovação”63.

CRM - São Miguel

O referido serviço, no momento da realização desta CPI, estava

com seu funcionamento interrompido por conta do fim do

convênio com a ONG Associação de Mulheres da Zona Leste”,

não tendo havido houve solicitação de renovação nem mesmo

publicação de novo edital, situação que prevalece. Diante das

informações, ficou acordado que seria enviado a esta CPI o processo

com maiores detalhes a respeito da avaliação do serviço.

Até o momento as informações não foram enviadas e permanece

a compromisso destas integrantes com a sua obtenção.

Em ofício resposta da SMDHC (anexo) ao nosso questionamento

quanto à previsão de reabertura deste serviço,

considerando que a região apresenta extrema vulnerabilidade

social e ausência de serviços para atendimento às mulheres nas

proximidades, foi informado pela Coordenadoria de Políticas

para as Mulheres que, devido ao novo Marco Regulatório das

Organizações da Sociedade Civil - MROSC64, mudanças e

readequações se faziam necessárias, e que aguardavam estas

modificações para início do procedimento legal. Contudo, não

foi apresentada de maneira objetiva previsão para retomada do

funcionamento do serviço.

Casa da Mulher Brasileira65

O Convênio Nº 835820/2016 foi assinado em 30/12/2016

pela Prefeitura do Município de São Paulo e o Governo Federal,

no Processo nº: 00036001687201669 com o objetivo de “Implementar

e manter o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira

para atender mulheres em situação de violência doméstica e

familiar, propiciando a atenção integral e articulada entre os

diversos serviços e políticas para o enfrentamento à violência

de gênero”.

A Casa da Mulher Brasileira é equipamento proposto no

Programa “Mulher Viver Sem Violência”66 do Governo Federal.

Possui os objetivos de integração de diferentes serviços e fortalecimento

do fluxo do atendimento, facilitando às mulheres o

acesso aos serviços multidisciplinares e especializados.

Conforme estabelecido no convênio, o financiamento das

obras coube ao governo federal; no entanto, SMDHC informa

ainda não ter recebido as obras concluídas para que o trabalho

de implementação do equipamento, que cabe ao Executivo

Municipal, possa ser iniciado.

De acordo com a proposta, a Casa concentra em um mesmo

espaço físico diversos serviços, como Delegacia da Mulher

(com cartório, alojamento policial e detenção provisória), Defensoria

Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça com uma

Vara própria, Brinquedoteca, Salas de Reunião, Alojamento de

Passagem e Atendimento Psicossocial à mulheres em situação

de violência, envolvendo, portanto, os Poderes Executivos Federal,

Estadual e Municipal, assim como o Poder Judiciário.

Ao reunir os serviços necessários ao atendimento da mulher

em um mesmo espaço, atuando de forma articulada,

pretende-se diminuir a chamada Rota Crítica - caminho fragmentado

que a mulher percorre na busca por atendimento do

Estado, em que enfrenta dificuldades estruturais diversas, como

de transporte, e precisa repetir o relato da violência sofrida

reiteradas vezes, enfrentando, muitas vezes, a violência institucional

por parte de profissionais pouco sensibilizados.

Em diligência realizada por esta CPI às obras da Casa da

Mulher brasileira no dia 7 de agosto de 2017, a SMDHC e a

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência

da República informaram que as obras ainda não estavam

finalizadas, faltando condições básicas de esgotamento sanitário

e drenagem de águas pluviais. A arquiteta da Secretaria

Nacional, Sra. Valéria Laval, informou que 90% da obra da

parte interna do edifício estaria concluída, mas somente 50%

da parte externa.

Ao ser questionada sobre a demora da entrega do equipamento

em relação à data inicialmente prevista, a Secretária

Nacional de Políticas para as Mulheres informou que, entre os

meses de fevereiro e março de 2017, a construtora responsável

pela obra desistiu do projeto por conta de negociações contratuais

e que se aguardava a liberação de nova licitação. Foi

informado também que parte da demora no processo de abertura

de nova licitação se devia ao fato da recente mudança do

status da Secretaria Nacional, que ao final 2015 deixou de ser

um ministério, o que acarretava diversos impasses burocráticos,

como a mudança de CNPJ do órgão.

Além disso, nesta diligência foi informado que toda a

compra de mobília necessária para o equipamento entrar em

funcionamento é de responsabilidade do Governo Federal, que

aguardava remodelação do contrato com o Banco do Brasil por

conta do vencimento do prazo inicial.

Em resposta ao ofício 27/2017 desta CPI, a Sra. Eloisa de

Sousa Arruda, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania,

informou, em 22 de agosto, que a SMDHC será responsável

apenas pela “IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO da Casa

da Mulher Brasileira, assumindo tal encargo após a conclusão

da obra e entrega das chaves”. Informou também que “o contrato

com o Banco do Brasil, responsável pelo financiamento

da obra, encerrou-se em 31 de maio de 2017 e, dessa forma,

necessária se torna a realização de NOVA LICITAÇÃO, pela

Secretaria Especial de Política para Mulheres da Presidência da

República, objetivando a finalização da mesma, o que ainda

não ocorreu.” Por fim, a Sra. Secretária esclarece que “o valor

da verba destinada à CMB encontra-se empenhada, mas não

disponível, somente podendo ser utilizada quando da entrega

da obra ao Município.”

Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres

A SMDHC destacou a importância dos Conselhos na elaboração

das políticas públicas, sendo considerados um avanço

histórico, resultado das lutas dos movimentos sociais, atuando

de forma a garantir a transversalidade entre as políticas, segmentos

sociais e fundamentando a importância dos conselhos

neste processo.

Em resposta ao ofício (anexo), enviado à Coordenadoria de

Políticas para Mulheres/SMDHC, a respeito do desenvolvimento

das ações junto ao Conselho Municipal de Políticas para as

Mulheres, até o mês de maio de 2017 o poder público ainda

não havia realizado as nomeações para composição do referido

Conselho, inviabilizando sua atuação.

Em reunião de trabalho no dia 05/09/2017, a Presidência do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, fez a seguinte declaração:

“ infelizmente, o conselho hoje não está ligado a uma

Secretaria, ele está ligado a uma Coordenadoria e o Conselho

foi criado no final de dezembro e vem tentando se instalar e

concretizar até maio, junho. Certo? Por quê? Porque nós não tínhamos

uma Coordenadoria já estabelecida com a política para

as mulheres na cidade de São Paulo já concretizada, com metas

etc, mesmo tendo o resultado da Conferência de Políticas Públicas

da Cidade de São Paulo e tendo vários equipamentos acontecendo.

Então... como que a gente vai trabalhar nesse sentido

para a questão intersecretarial se a Coordenadora não senta

na mesa dos Secretários, ela não é Secretária. Então como eu

estabeleço a relação intersecretarial das políticas públicas para

as mulheres na cidade de São Paulo?” (Vera, CMPM, 19/09).

**PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES67**

Em relação ao Plano Municipal de Políticas para as Mulheres

- PMPM, esta CPI não abordou a temática de forma que

pudéssemos acompanhar o monitoramento de sua implementação,

diagnóstico ou metas a serem atingidas.

Em resposta ao ofício 007/2017 (anexo), a Coordenadoria

de Políticas para as Mulheres, ao questionamento sobre a andamento

da implementação do PMPM, informou que o Decreto

que institui o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres

estaria pendente de agendamento de reunião para que a Coordenadoria

iniciasse os trabalhos em relação ao plano.

É preocupante a compreensão que se apresentou acerca do

PMPM, dada a complexidade e urgência de efetivas ações para

implementação deste, na cidade de São Paulo.

“O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM)

2017-2020 é um instrumento de pactuação e planejamento

entre as diferentes secretarias da Prefeitura, que guiará as

políticas públicas para as mulheres no município de São Paulo

nos próximos 04 (quatro) anos. Os planos são instrumentos de

gestão, concebidos de maneira a aumentar a eficiência, transparência

e a objetividade da Administração Pública na busca de seus fins.

O Plano contribuirá para o enfrentamento da desigualdade

de gênero e para a promoção dos direitos e cidadania das mulheres

da cidade. O PMPM será implementado em toda a Prefeitura

de São Paulo, contendo metas a serem atingidas e ações a

serem realizadas por diferentes Secretarias. Será articulado pela

Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Políticas para

as Mulheres e monitorado pelo Conselho Municipal de Políticas

para as Mulheres, criado pelos Decretos nº 56.702/2015 e nº

57.428/201668. Políticas públicas para igualdade de gênero e

específicas para as mulheres exigem a atuação do Poder Público

em diferentes setores, tornando necessária a articulação de

políticas transversais.

As mulheres são sujeitas de direitos e, como tais, possuem

demandas múltiplas para seu bem viver, como saúde, trabalho,

educação, segurança, entre outras, cada uma delas enquadrando-

se em uma distinta área de atuação governamental. Adicionalmente,

a situação de desigualdade na qual se encontram

as mulheres na sociedade atual, muitas vezes marcada pela

discriminação no acesso a oportunidades e pela violação de

direitos, deve ser encarada como uma questão multidimensional,

cuja gestão deve compreender a prestação de serviços de

maneira integrada, visando, de um lado, ao bem-estar integral

da mulher, e de outro, à superação de toda forma de opressão

e desigualdade social.

Para além da prestação de serviços específicos, é atribuição

do poder público atuar para mudar comportamentos, incorporando

na ação do estado o respeito, o não julgamento, o

reconhecimento e o respeito à diversidade. O PMPM transcende

a rede de serviços municipais, visto que pertence às mulheres

do município de São Paulo, todas elas, universalmente e contempladas

suas especificidades e pluralidades. É importante

que as munícipes e a sociedade civil organizada se apropriem

do Plano como instrumento para exercício de sua cidadania,

acompanhando sua implementação e nela tomando parte.

Ressalte-se, ainda, a importância da atuação do Poder Público

Municipal para que se construa a igualdade de gênero. O

contato direto das mulheres com os diferentes e importantes

serviços públicos municipais - como saúde, educação, trabalho,

transporte, assistência social, segurança, cultura, entre outros-,

são realizados pelo município.”

Em resposta aos demais questionamentos realizados no ofício supracitado sobre diversos temas relacionados a política de enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade, nos foi declarado:

Em relação ao Termo Cooperação - Habitação, Políticas

Municipais para Mulheres Negras, Prevenção de Mortes por

recorte Étnico Racial, Mulheres em Situação de Prostituição,

Prevenção da Rota Crítica, a SMDHC informou que todas estas ações ainda estão em estudos, sem previsão de atuação ou metodologia de estudo.

Já em relação a ampliação de vagas e serviços de atendimento

e acolhimento às mulheres e seus filhos e filhas: a

meta de ampliação seria de “10 vagas” na Casa de Passagem

da Zona Sul, sem informação de previsão de inauguração do

serviço e se as vagas suprem a demanda atual da cidade de São Paulo.

Sobre propostas de formações, capacitações e supervisão

institucional para as trabalhadoras dos serviços da Rede de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e mulheres que

compõem o CMPM: a resposta informa que a Rede é autônoma

não cabendo ao poder Executivo realizar tais ações.

**ORÇAMENTO PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À**

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Segundo reportagem no Jornal SPTV2 de 16/06/17, “a

Prefeitura de SP reduziu orçamento de Centros de Defesa e

Convivência da Mulher69 em R$ 3 milhões, mesmo com alta de

31% no número de atendimentos.

No orçamento do enfrentamento à violência contra mulheres,

que diz respeito à SMDHC E SMADS, examinamos

com atenção a "Proteção Especial às Mulheres Vítimas de

Violência”, que custeia a manutenção dos equipamentos. Esta

dotação está dividida em dois órgãos: SMPM e Fundo Municipal

de Assistência Social (FMAS)70. Em valores absolutos,

a dotação cai de R$ 20.579.908 aprovados em 2016 para R$

14.465.439 no orçamento aprovado em 2017, uma diminuição

maior ainda do que a apontada pela reportagem (diminuição de

6 milhões, sem nem considerar o impacto da inflação que em

2016 foi de 6,3%).

A vereadora Soninha Francine, porém, pontua que o valor

inicial das dotações não pode ser a única variável considerada,

devendo-se analisar também quanto foi concretizado na forma

de gasto. A dotação 6178 - Proteção Especial às Mulheres Vítimas

de Violência, teve orçamento de R$ 13.594.856 para 2016,

dos quais foram liquidados R$ 10.017.855. No orçamento de

2017, foram orçados R$ 10.673.624, dos quais foram liquidados

até setembro 2017, R$ 8.610.461. Para 2018, a nova dotação

a ser considerada é 4329 Políticas, Programas e Ações para as

Mulheres cujo valor orçado para 2018 é R$ 11.950.092.

A única majoração no orçamento da pasta da SMDHC são

13,7 milhões aprovados para a implantação da Casa da Mulher

Brasileira, mas este valor se refere apenas ao convênio com a

União e só será utilizado se houver a efetiva implantação deste

serviço, tão essencial para as mulheres da cidade de São Paulo.

Outros documentos anexados:

TERMO DE ADESÃO nº 04/2013/SPM/PR - 28/08/2013 -

PÁGINA 3 -Cláusula Segunda – Do Programa Mulher – Viver

Sem Violência

ATA REUNIÃO DE TRANSIÇÃO – SMPM/SMDHC - 26/12/16

- Prioridades dos 100 dias de governo, Convênios Governo

Federal, Unidade Móvel, Serviços da SMPM, Enfrentamento a

Violência, Participação e Controle Social, Organograma, Encaminhamentos

e Detalhamento do Orçamento SMPM - 2017.

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**/SMADS**

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social -

SMADS, em reunião no dia 05/09/17, enviou três representantes;

contudo, as informações prestadas resumiram-se à

continuidade da prestação dos serviços - Centro de Defesa e

Cidadania da Mulher - CDCM’s, e Serviços de Acolhimento Sigiloso

a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. A pendência

seria de alteração dos endereços dos serviços para garantia do

sigilo, a necessidade de ampliação das vagas destes serviços,

entretanto, não dispõem de recursos para esta demanda. Além

disso, a rede conveniada sofreu atrasos de repasses até o mês

de Agosto/2017, devido ao contingenciamento de 25% no início

deste ano.

Em resposta ao ofício nº 020/2017 desta CPI, sobre os

dados de atendimento da rede conveniada a esta pasta para

atendimento às mulheres, SMADS apresentou planilha com

dados de atendimento do mês de Março/2017 dos serviços:

CDMS; Centro de Acolhida à Mulheres em Situação de Violência;

Centro de Acolhida para Gestantes, Mães e Bebês; Centro

de Acolhida para Mulheres Transexuais, Centro de Acolhida

Especial para Mulheres. A maioria dos serviços neste período

atendeu em sua capacidade máxima ou mesmo acima da capacidade

conveniada.

O NUDEM/Defensoria Pública, por meio do ofício nº

291/2017, menciona notícia vinculada na mídia de que haveria

corte em torno de R$ 3 milhões no orçamento das políticas de

enfrentamento à violência contra a mulher, repasses aos convênios

sem atualização há mais de um ano (aluguel, dissídio, etc.)

e ausência de serviços especializados para o acolhimento de

adolescentes em situação de violência doméstica.

Menciona também a demanda das mulheres em situação

rua e as violências vivenciadas por estas cotidianamente; as

violações de direitos nas ações da região da “Cracolândia”;

as mulheres em situação de rua gestantes e a perda de direito

para o exercício da maternidade, e a ausência de políticas públicas

para garantia de seus direitos.

E ainda: as violações de direitos ocorridas nos Centros

de Acolhida Especial para as Mulheres em situação de Rua -

CAE’s71, e a necessidade de adequação destes serviços para

atendimento das mulheres e seus filhos, considerando a ausência

de especialização no trato com as questões de gênero.

O NUDEM sugere que esta CPI realize diligências nos equipamentos,

diálogo com as trabalhadoras da área, com objetivo

de averiguar o impacto do corte no orçamento, as violações de

direitos e encaminhamentos para melhorias no desenvolvimento

das políticas para as mulheres.

**ASSÉDIO NOS TRANSPORTES**

O assédio é o problema mais grave dos transportes públicos

da cidade de São Paulo - essa é a conclusão da pesquisa

realizada no último mês de setembro pela Rede Nossa São

Paulo72, que entrevistou 1603 moradores de São Paulo entre

27 de agosto e 11 de setembro. Este item ficou à frente da superlotação

e demora na espera pelo transporte. Em uma escala

de 0 a 10, o item da segurança em relação ao assédio recebeu

nota 2,6, tendo pior avaliação nos extremos da Zona Norte e

Sul da cidade.

O assédio é um tema tão naturalizado no nosso país que

até pouco tempo atrás programas humorísticos na TV Aberta

em horário nobre zombavam da situação da mulher que era

assediada no transporte público.

Em matéria de março deste ano, o jornal O Estado de São

Paulo informa que obteve, por meio da Lei de Acesso à informação,

dados que mostram que nos últimos quatro anos houve um

crescimento de 850% das notificações de assédio em ônibus,

trens e metrôs de São Paulo.

Durante o desenrolar dos trabalhos desta CPI, um caso de

assédio em um ônibus da capital paulista chocou todo país.

No dia 29/08, um passageiro ejaculou em uma mulher que

dormia no ônibus. Ao ser preso preventivamente, apurou-se que

o homem já tinha 17 passagens pela polícia por ocorrências

similares. Diante disso, as vereadoras componentes da CPI

organizaram uma reunião exclusivamente para tratar sobre este

tema, que ocorreu no dia 19 de setembro de 2017 e não obteve

quórum suficiente para abertura oficial da reunião ordinária,

tendo prosseguido como reunião de trabalho.

Participaram deste encontro a Sra. Leonara Cartana Lonel,

representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes73,

o Sr. Wagner Chagas Alves, Assessor Técnico da Diretoria

de Operação da SP Trans74, a Sra. Ana Cláudia Borguin

Eustáquio, Secretária dos Assuntos da Situação da Mulher do

Sindicato dos Metroviários de São Paulo75 e a Sra. Vera Lúcia

Ubaldino Machado, presidente do Conselho Municipal de Política

para as Mulheres da cidade de São Paulo.

A Sra. Ana Cláudia Borguin destacou que a superlotação

do transporte tem forte relação com a qualidade da experiência

que os usuários vão ter neste transporte. Desta maneira, fazer

com que o transporte seja cada vez menos lotado é uma forma

de fazer com que assediadores se sintam mais inibidos e não

cometam este tipo de violência. Ana Cláudia também destacou

que é essencial investir em um atendimento humanizado às

mulheres vítimas dessas violências.

Desta maneira, entende que a retirada da função dos

cobradores dentro dos ônibus municipais, como muitas vezes é

ventilado, pode ser prejudicial neste tipo de atenção humanizada

das empresas, por ser este mais um funcionário a disposição

das passageiras.

**CAMPANHA “JUNTOS CONTRA O ABUSO SEXUAL”76**

Para esta reunião foi também convidada a juíza Tatiane

Moreira Lima, da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica

e Familiar contra a Mulher, Coordenadora da recém lançada

campanha “Juntos contra o abuso sexual”, que infelizmente não

pode comparecer. Esta é uma ação que visa o combate ao abuso

sexual no transporte público e é uma iniciativa do Tribunal de

Justiça de São Paulo em parceria com a Secretaria Municipal de

Transportes de São Paulo, SPTrans, Metrô, CPTM e EMTU.

A Sra. Leonara Cartana Lonel relatou que desde o início da

campanha em agosto até a data de realização da reunião já

haviam sido registrados cinco casos. “Estamos satisfeitos com a

postura dos nossos funcionários, dos cobradores e motoristas, e

felizes por as mulheres estarem expressando isso e não ficando

com vergonha na hora de denunciar, que era o que mais acontecia

no transporte, descia no próximo ponto, dava um jeito de

sair de perto do agressor e não denunciava”.

A Secretaria Municipal de Transportes informou que, para

esta campanha, foi realizado um Seminário pela Juíza Dra.

Tatiana Moreira Lima, que reuniu parceiros como Promotores,

Delegados, Representantes da Polícia Civil, e das empresas de

transporte público como o Metrô, a CTPM e a SPTrans. Posteriormente,

foram realizados outros seminários de conscientização

que informaram aos funcionários como agir conforme o

procedimento estabelecido pela empresa.

O Sr. Wagner informou que, no caso da SPTrans, foi realizado

um seminário com cerca de 90 participantes de todas as

operadoras concessionárias e permissionárias de ônibus municipais

com sede na cidade de São Paulo, reunindo funcionários de

RH, de gestão e de operações. Segundo o assessor da SPTrans,

o feedback dos participantes foi bastante positivo. O objetivo

deste seminário para um número reduzido de funcionários era

de que estes se tornassem multiplicadores e realizassem treinamentos

internos em cada empresa.

O Sr. Wagner afirmou que a SPTrans acompanha e registra

todos estes treinamentos. Está também compreendida como

parte da campanha “Juntos contra o Abuso Sexual” a criação

de grupos de reeducação para os abusadores focando na ressocialização

e reflexão sobre a reprodução de atitudes machistas.

A Sra. Leonora, representante da SPTrans, informou que o primeiro

grupo ainda não foi formado, mas diz que os encontros

serão realizados no Fórum da Barra Funda durante meio período

aos finais de semana, com realização de palestras de cerca

de 4 horas que promoverão a conscientização sobre o assédio.

**SPTRANS E SISTEMA DE ÔNIBUS MUNICIPAIS**

Os representantes da SPTrans e da Secretaria Municipal de

Transportes trouxeram algumas informações importantes sobre

o tema do assédio no que diz respeito aos ônibus municipais.

O Sr. Wagner informou que neste ano foi lançado internamente

na SPTrans o programa Viagem Segura, que prevê a

reeducação dos colaboradores das empresas de ônibus. Dentro

desse programa, foi inserido de maneira mais enfática o combate

ao assédio sexual. O procedimento adotado é, ao acontecer

um fato, o motorista para o ônibus e a polícia é avisada. Este

procedimento é o que tem sido adotado, segundo o assessor da

SPTrans, desde maio quando foi implantado esse programa e

tem sido amplamente apoiado pelos usuários dos ônibus até o

momento. Segundo o Sr. Wagner, este treinamento específico foi

inserido no procedimento rotineiro de reciclagem dos colaboradores

e é procedimento exigido pela SPTrans.

A SPTrans informou também, na reunião do dia 19/09/2017,

que possuem uma Central de Operações através da qual monitoram

todas as linhas de ônibus do Município de São Paulo.

Esta Central Eletrônica registra todo tipo de ocorrência que

possa interferir no transporte coletivo, e nela Central foi criado

um canal exclusivo para ocorrências de assédio, que podem ser

informadas ou comunicadas pelos operadores da linha (motorista

ou cobrador). Não há canal direto entre as passageiras

e a SPTrans.

Caso o assédio seja cometido pelos operadores do transporte,

a SPTrans informou que estes seriam desligados. Ainda

que até o momento não se tenha registro sobre casos deste

tipo na SPTrans, as empresas informaram que irão seguir este

procedimento. No entanto, não ficou claro qual seria o meio

pelo qual a empresa de ônibus ou a SPTrans receberiam tal

denúncia.

**METRÔ DE SÃO PAULO**

A Secretária dos Assuntos da Situação da Mulher do Sindicato

dos Metroviários de São Paulo, Sra. Ana Cláudia Borguin

Eustáquio, trouxe à reunião da CPI pontos que considera que

ainda sejam frágeis em relação às medidas tomadas pelo Metrô

e as ações que acredita serem necessárias para um combate

mais efetivo ao assédio.

A Sra. Ana Cláudia diz que, em primeiro lugar, seria necessária

uma ampliação nos quadros de funcionários do Metrô

de São Paulo, já que desta maneira o atendimento cuidadoso

e humanizado às vítimas de assédio seria mais efetivo. Ressalta

especialmente a necessidade da contratação de mais

mulheres para a equipe de segurança, já que as vítimas se

sentem mais confortáveis em relatar seus casos e encaminhar

a denúncia quando lidam com uma funcionária mulher. Também

é necessário que este quadro de funcionários seja capacitado

para atender casos de violência contra mulher, que são tão

recorrentes no Metrô. Segundo a Sra. Ana Cláudia, não há treinamento

específico sobre o tema para as equipes de operação,

que compreendem os funcionários que lidam diretamente com

os usuários. A Secretária informa que há uma cartilha curta

que trata sobre o tema, mas que não se sabe de treinamento

voltado a estes funcionários. Há somente um treinamento de

sensibilização com as chefias e que está em sua fase inicial.

O protocolo adotado pelo Metrô, segundo a representante

do Sindicato, é que a vítima, ao sofrer a violência, procure um

funcionário operativo na estação (como o segurança ou mesmo

o operador de trem), preste queixa e registre uma ocorrência.

Há uma delegacia específica para registrar infrações cometidas

dentro do Metrô, a DELPOM (Delegacia de Polícia do Metropolitano),

que funciona dentro da Estação Barra Funda, e os

casos de assédio que acontecem no Metrô são encaminhados

para este órgão. Assim, o funcionário da segurança que estiver

na estação onde a ocorrência for relatada deve acompanhar a

vítima até a DELPOM.

A partir de agosto de 2015, o Metrô de São Paulo passou

a difundir uma Campanha contra o abuso chamada “Você

não está sozinha”, que consiste em distribuir cartazes e exibir

vídeos nos vagões e estações do Metrô retratando funcionários

e usuários do metrô vigilantes em relação ao assédio. Esta campanha

foi muito bem recebida pelo público, segundo Pesquisa de

Avaliação interna da empresa: 4 em cada 5 usuários aprovam a

ação e 90% dos usuários se sentiram representados pelas peças.

Campanhas de prevenção e conscientização como esta são centrais

para tratar o problema do assédio desde sua raiz.

APLICATIVOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Além dos casos de assédio no transporte público, nos

últimos meses foram feitas denúncias de assédios em carros de

aplicativos de transporte de passageiros. Questionada na CPI

sobre maneiras de denunciar tais tipos de assédio ao Poder Público,

a Secretaria Municipal de Transportes informou que para

este tipo de denúncia podem ser utilizados os mesmos canais

que existem para denúncias sobre táxis, o Serviço de Atendimento

ao Cliente do Departamento de Transporte Público.

Não há, no entanto, informações sobre medidas que possam

ser tomadas quando há casos assédio de um passageiro

com outra passageira em modalidades de carona compartilhada

que esses aplicativos oferecem, além dos meios legais de

registro de ocorrência.

**DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO**

O mundo do trabalho também é um ambiente permeado

por machismo e violência. A desigualdade entre homens e

mulheres se faz evidente nas relações de trabalho, em especial

quando se trata de mulheres em situação de trabalho informal,

já que estão desprotegidas em relação à legislação trabalhista.

Como disse a Dra. Patrícia Maeda, Juíza do Trabalho, em

reunião do dia 09 de maio, “o fato de não ter o contrato formalizado

gera grande insegurança. Então, a trabalhadora que

vivencia essa condição de insegurança, além de não ter uma

satisfação pessoal, pode ter, além das consequências econômicas,

consequências em saúde física e mental.” Neste cenário, o

assédio moral se faz presente e agrava a situação psicológica

desta mulher.

Muitas vezes, as mulheres no mundo do trabalho se encontram

em ambientes majoritariamente masculinos e enfrentam o

assédio cotidiano e muitas vezes naturalizado. A Professora Ângela

Christina Lucas lembrou, na mesma reunião citada acima,

que “é necessário pensar em formas de motivar as empresas a

instalarem mais mecanismos contra assédio moral e sexual”.

No município de São Paulo, já há legislação77 que prevê a

realocação de uma servidora que esteja em uma situação de assédio78.

Além disso, há um canal da Procuradoria do Município

específico para esta natureza de denúncia. A advogada Marina

Ganzarolli, em reunião do dia 20/06, apontou: “Nesse sentido, a

municipalidade pode buscar por meio de campanhas incentivar

a iniciativa privada a também aplicar a legislação. Ter uma

campanha, ter uma conscientização do assédio sexual e moral

dentro do trabalho e ter um canal de denúncia”.

II. Sub-relatoria: Saúde

Vereadora responsável: Sandra Tadeu

O escopo desta sub relatoria foi apurar a vulnerabilidade

da mulher no tocante ao atendimento público de saúde no

do Município de São Paulo. Para tanto, foi realizada no dia

06/06/2017 uma reunião ordinária para tratar especificamente

deste assunto com a presença dos convidados: o Dr. André Luiz

Malavasi, Diretor da Gerência de Ginecologia do Hospital Pérola

Byington79, e o Dr. Adalberto Kiochi Aguemi, Coordenador

da Área Técnica da Saúde da Mulher da Secretaria Municipal

de Saúde, cujos dados e apresentações seguem ao término

deste relatório e sobre os quais passamos a tecer as seguintes

considerações:

**ATENDIMENTO MÉDICO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA**

**SEXUAL80**

Preliminarmente, o Dr. André Luiz Malavasi apontou que o

Hospital Pérola Byington dispõe de um projeto chamado Bem

Me Quer81, pertencente ao Centro de Referência da Saúde da

Mulher82 que conta com atendimento especializado para oferecer

a mais elevada qualidade de atenção em saúde para mulheres,

adolescentes e crianças em situação de violência sexual.

As vítimas de violência sexual83 chegam de duas formas

ao Hospital Pérola Byington: mediante encaminhamento realizado

pela Delegacia de Polícia, quando da realização de um

Boletim de Ocorrência, ou espontaneamente. O Hospital possui

investigadores de polícia com ambulâncias descaracterizadas

que estão disponíveis caso haja necessidade para buscar a mulher

na delegacia e levá-la de volta até sua residência.

No primeiro caso, a partir da expedição do Boletim de

Ocorrência, a delegada ou delegado se comunica com o Hospital,

que envia um veículo ao encontro da mulher no Distrito

Policial. Chegando ao hospital é realizado um exame de corpo

de delito, colhendo-se o material para o exame de DNA , recebendo

no Pronto Socorro profilaxia para combater uma série de

doenças, tais como: HIV84, sífilis, clamídia, e prevenir a ocorrência

de gravidez não desejada.

Nesse momento, a mulher é encaminhada para atendimento

psicológico e serviço de controle social localizado dentro da

própria Unidade Hospitalar e, se necessário, os investigadores

com ambulâncias descaracterizadas levam-na de volta à sua

residência. No caso de vir espontaneamente, ela é atendida

por um ginecologista; entretanto, dada a ausência de Boletim

de Ocorrência, não é feito o exame pericial de corpo de delito.

De acordo com os dados do Serviço de Violência Sexual

do Hospital Pérola Byington atualmente atendem cerca de 200

(duzentos) novos casos por mês de pessoas vítimas de violência

sexual, sendo que metade são crianças e, das crianças, metade

são meninos. No caso das mulheres levantou-se que elas possuem

um perfil em comum, normalmente cabelos compridos,

usam óculos e não portam nenhum acessório nas mãos, sendo

que a violência costuma acontecer em áreas ermas e sem fiscalização

ou iluminação.

Referente às crianças constatou-se que o estupro é realizado

por parentes ou afins, do círculo de relacionamento das

mesmas. Para esses tipos de atendimento, o Hospital possui

uma brinquedoteca para melhor acolhimento dessas crianças.

Observou-se que o atendimento às mulheres vítimas de

violência sexual nas delegacias não é tratado como prioritário,

causando às mulheres uma dupla vitimização, ou seja, sofrer o

abuso sexual e não ser devidamente acolhida.

O Dr. Adalberto Kiochi Aguemi, representante da Secretaria

Municipal de Saúde, destacou que no Município de São Paulo

existem outros serviços que atendem mulheres vítimas de

violência sexual, sendo eles: Hospital de Vila Nova Cachoeirinha

(Zona Norte), Hospital de Campo Limpo (Zona Sul), Hospital

Tide Setubal (Zona Leste), Hospital do Tatuapé (Zona Leste)

e o Hospital Jardim Sarah (Zona Oeste). Salientou que estes

hospitais municipais poderiam receber mais encaminhamentos,

tirando a sobrecarga do Hospital Pérola Byington. É necessário

ocorrer uma maior aproximação com a Secretaria de Justiça

e com a Secretaria de Segurança Pública para que as vítimas

fossem orientadas e encaminhadas para locais próximos a sua

residência.

**ABORTO LEGAL85**

O núcleo de Atenção Integral à Mulher em Situação de Violência

Sexual tem, entre as ações disponíveis, o atendimento de

solicitações de abortamento de gravidez decorrente de estupro

conforme previsto no inciso II do artigo 128 do Código Penal

Brasileiro. O procedimento é realizado no Hospital Pérola Byington,

atendendo pacientes de todo o Território Nacional. No Hospital,

conforme estabelece a legislação, esse procedimento não

exige autorização judicial e nem mesmo Boletim de Ocorrência,

bastando apenas a declaração da mulher, que é atendida por

uma equipe multidisciplinar composta por: psicólogos, médicos,

enfermeiros, assistentes sexuais e uma junta médica, carecendo

de autorização do diretor de serviço de vida sexual e do diretor

da Unidade do Hospital para a realização do aborto.

No âmbito do município de São Paulo também existem

serviços que realizam o “aborto legal”: Hospital de Vila Nova

Cachoeirinha (Zona Norte), Hospital de Campo Limpo (Zona

Sul), Hospital Tide Setubal (Zona Leste), Hospital do Tatuapé

(Zona Leste) e o Hospital Jardim Sarah Professsor Mario Degni

(Zona Oeste). Estes hospitais municipais podem receber mais

encaminhamentos através dos diversos serviços das Redes de

Proteção à Mulher86: Departamento Especializado no Atendimento

à Mulher - DEAM, Centro de Referência de Atendimento

à Mulher - CRAM, Centro de Referência da Assistência Social

- CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social

- CREAS, Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de

Violência - CCM, Centro de Referência da Mulher - CRM, Centro

de Defesa e Conivência da Mulher - CDCM, órgãos da Defensoria

Pública, juizados de violência doméstica e familiar e serviços

de saúde especializados, centro de acolhida para mulheres em

situação de violência, casa abrigo de acolhimento provisório.

**CÂNCER DE MAMA**

É conhecida a morosidade no diagnóstico de câncer no

município de São Paulo. Segundo Malavasi, o câncer de mama,

quando diagnosticado de forma assintomática, antes de se

perceber nódulo, possibilita à paciente 90% de chances de cura.

Ocorre que é comum as mulheres chegarem às Unidades

Básicas de Saúde – UBS e não encontrarem o médico ginecologista

e não conseguirem ser examinadas na hora. Devido à

grande demanda, os exames solicitados chegam a demorar

meses para serem realizados e, quando chega o diagnóstico,

aquele tumor inicial duplicou de tamanho.

Devido à alta incidência que o município de São Paulo tem

de câncer de mama, perfazendo 6000 casos/ano seria de fundamental

importância que se pudesse aumentar o tempo de consulta

nas Unidades Básicas de Saúde, possibilitando uma maior

interação entre o profissional e a paciente, e que esta saísse da

consulta com os encaminhamentos de um possível diagnóstico.

O Hospital Pérola Byington dispõe de um Centro de Atendimento

de Alta Resolutividade - CARE junto ao Centro de

Diagnóstico com cinco mamógrafos e sala para realização de

biópsias ambulatoriais (punção ou core) acoplada ao serviço

de patologia para diagnóstico citológico imediato; isto é, as pacientes

fazem todos os exames necessários e, caso o resultado

seja positivo, a cirurgia é marcada imediatamente. Tal estratégia

reduziu a mortalidade por câncer de mama, consequentemente

reduziu o número de mastectomias87. No ano passado o Hospital

fez 980 (novecentos e oitenta) reconstruções de mama,

sendo o maior serviço de cirurgia reconstrutiva do Brasil e o

terceiro maior no mundo segundo Malavasi.

Além disso, o Hospital conta também com a mamotomia,

uma biópsia ambulatorial, alternativa à biópsia tradicional

realizada em centro cirúrgico, com o objetivo de diagnosticar

alterações observadas em uma mamografia. Com este exame,

há uma redução de 60% em média no custo do procedimento,

fazendo com que a paciente não despende tempo e não necessite

de acompanhantes, deixando o centro cirúrgico livre para

procedimentos mais complexos.

Verificou-se que o Hospital Pérola Byington está atendendo

muito além da sua capacidade, quase o dobro (média de 1.300

a 1.500 casos de quimioterapia por mês). Segundo Malavasi, é

uma forma de violência para a mulher ter que se locomover de

outras partes do estado de São Paulo, para realizar o atendimento.

Seria importante que essa paciente tivesse também um

tratamento adequado no local de seu domicílio, necessitando

que fossem firmados convênios e cursos de capacitações para

oferecer um bom atendimento as mulheres evitando assim uma

sobrecarga num só local.

Saúde de Família - estratégia de promoção à Saúde e prevenção

à hospitalização

Aproximadamente metade (50%) das 453 Unidades Básicas

de Saúde - UBS contam com o Programa de Estratégia de

Saúde da Família – PSF88. As equipes do PSF são responsáveis

pelo acompanhamento de um número definido de de famílias,

localizadas em área geográfica delimitada. As equipes atuam

com ações de promoção e saúde, prevenção, recuperação,

recuperação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção

da saúde da comunidade.

A Estratégia Saúde da Família é composta por equipe

multiprofissional que possui, no mínimo, médico generalista

ou especialista em saúde da família ou médico de família e

comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde

da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários

de saúde (ACS), responsáveis por atuar na promoção

e prevenção na saúde acompanhando famílias, mapeando e

encaminhando pessoas ao serviço de saúde.

O trabalho de equipes da Saúde da Família é o elemento-

-chave para a busca permanente de comunicação e troca de

experiências e conhecimentos entre os integrantes da equipe, e

desses com o saber popular do Agente Comunitário de Saúde.

Sendo assim, só em casos mais complexos são feitos os encaminhamentos

para ginecologista ou outro especialista.

A Saúde da Família como estratégia estruturante dos

sistemas municipais de saúde tem provocado um importante

movimento com o intuito de reordenar o modelo de atenção

no Sistema Único de Saúde - SUS. Busca maior racionalidade

na utilização dos demais níveis assistenciais e tem produzido

resultados positivos nos principais indicadores de saúde das

populações assistidas às equipes saúde da família.

NECESSIDADE DE PROTOCOLO ÚNICO

O Dr. Malavasi afirma que existe atualmente um desperdício

de dinheiro público com práticas desnecessárias, como

ultrassom transvaginal, e cita a plataforma online Choosing

Wisely (http://www.choosingwisely.org) que reúne evidências

científicas de diferentes sociedades como referência para a

avaliação da eficácia de cada procedimento. Segundo estudos

realizados pelo professor Gebrim, Diretor Médico do Hospital

Pérola Byington do Centro de Referência em Saúde da Mulher

de São Paulo, gastou-se, em 2009, no município de São Paulo,

23 milhões de reais com ultrassom pélvico e transvaginal. Este

dinheiro, defende, poderia ser investido no combate ao câncer

de mama, de colo, de ovário e assim por diante. Nesse âmbito,

o Hospital Pérola Byington realiza anualmente o Curso Diretrizes,

com o objetivo de se unificar os protocolos no Sistema

Único de Saúde89.

Hoje, as diferentes execuções dos protocolos de saúde geram

graves problemas na saúde pública, tendo em vista que os

atendimentos e procedimentos em Unidades Básicas de Saúde

e Hospitais são executados por Organizações Sociais diversas,

dando origem a atuações técnicas diferentes no Município de

São Paulo. Deste modo, no entendimento do Doutor Malavassi,

o médico pode acabar por solicitar exames de acordo com a

sua consciência, gerando custos desnecessários para o sistema.

Outrossim, o representante da Secretaria Municipal de

Saúde ressaltou que existem protocolos expressos na página de

Saúde da Mulher, dentro da Secretaria Municipal de Saúde, mas

que estes são difíceis de serem fiscalizados no tocante ao seu

cumprimento por parte das Organizações Sociais.

Dado que grande parte das Unidades Básicas de Saúde

e dos Hospitais são gerenciados por diversas Organizações

Sociais, e que há rotatividade expressiva de profissionais, é

necessário oferecer permanentemente cursos de capacitações

para a fixação dos protocolos, além da análise e verificação dos

contratos de gestão que contêm metas genéricas, quando deveriam

estabelecer também protocolos específicos. Frisou ainda

que a importância do exame clínico deve ser resgatado pelas

faculdades em face dos exames de imagem ou laboratoriais e

que isso deve ser repensado na medicina atual, além da análise

dos prontuários e do histórico da paciente.

**MÉTODOS CONTRACEPTIVOS**

Em 2012, havia no Hospital Pérola Byington uma fila de

500 pacientes para fazer a histerectomia, remoção cirúrgica

do útero, que também pode incluir a retirada das trompas

adjacentes e do ovário. O procedimento pode ser usado como

medida preventiva ou como recurso para amenizar os avanços

no câncer de colo de útero. Por meio de um protocolo firmado

com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e

Obstetrícia – FEBRASGO90, com a compra de um endoceptivo

chamado Mirena, método contraceptivo que coloca anticoncepcional

hormonal dentro do útero da mulher, conhecido popularmente

como DIU hormonal, retirou-se metade das pacientes da

fila, uma vez que, com o uso do dispositivo, pacientes podem

interromper o sangramento menstrual, evitando a histerectomia.

Além disso, a fila para a laqueadura no município de São

Paulo também diminuiu bastante. Atualmente no Hospital não

há mais fila de espera, dado que a paciente consegue ser operada

em 30 (trinta) dias.

Além disso, foi criado o Projeto Gravios91, com foco principal

nas usuárias de crack, com o objetivo de realizar implantes

subdérmicos. O implante é um bastonete pequeno inserido sob

a pele do braço da mulher para atuar como contraceptivo, é invisível

e evita a gravidez por até três anos. Até a presente data

foram colocados 250 implantes nestas usuárias.

Apurou-se que em torno de 20% das pessoas da Cracolândia

são mulheres e que 15% destas estão grávidas92. Segundo

estudo científico realizado no Hospital Pérola Byington e dados

do Datafolha, seria importante, no âmbito do município de São

Paulo ampliar o oferecimento desses implantes, que custam em

média R$ 500,00 (quinhentos reais) para todas as mulheres que

se encontram em situação de vulnerabilidade93.

O uso dos implantes como método contraceptivo oferece

menos efeitos colaterais, é altamente eficaz e cabe à mulher,

usuária do SUS, decidir qual método contraceptivo é melhor

para ela. No entanto, existe uma grande dificuldade financeira

em virtude da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias

no SUS - CONITEC não ter liberado a implantação dos

implantes no serviço público.

Assim, o município e o Hospital Pérola Byington adquirem

esses implantes com recurso próprio, tornando difícil a

ampliação dessa medida que resguardará tanto as usuárias

de crack, como adolescentes de uma gravidez indesejada. No

ano de 2016 a Secretaria Municipal de Saúde comprou 1000

(mil) implantes, número este que ainda é insuficiente frente à

demanda atual.

No dia 13 de dezembro, foi aprovado em primeira discussão

em plenário o PL 467/2015, da vereadora Patrícia Bezerra,

que “dispõe sobre a proteção às mulheres em situação de

vulnerabilidade, pela Rede Pública de Saúde, com a utilização

do contraceptivo reversível de longa duração”, representando

grande avanço na questão.

**AUSÊNCIA DE MÉDICOS**

O problema da saúde pública hoje permeia toda a sociedade

e abarca desde a deficiência na formação acadêmica até

a falta de médicos, baixos salários, ausência de um plano de

carreira e de concurso público entre outros.

Seria importante que se fizesse um mapeamento da falta

de médicos na rede municipal de saúde, a fim de preencher as

lacunas existentes e garantir um atendimento digno a todas as

pessoas, principalmente nas regiões periféricas.

**SITUAÇÃO OBSTÉTRICA**

O município de São Paulo possui 16 (dezesseis) maternidades

municipais e 19 (dezenove) maternidades estaduais;

contudo, a gestão municipal ainda realiza mais partos frente à

gestão estadual.

A ausência de Recursos Humanos nas maternidades tem

gerado grande dificuldade, ocasionando uma significativa diminuição

do atendimento em algumas maternidades sob gestão

municipal, tais como: Hospital Geral de São Mateus, Hospital de

Vila Penteado e Hospital Universitário.

Além disso, essas maternidades são antigas e precisam

de reformas, sendo necessária também a criação de centros

de parto normal, dada a necessidade de se estimular o parto

natural. A taxa de cesariana no Brasil é de 34%, sendo que a

Organização Mundial de Saúde - OMS preconiza ser o ideal a

taxa de 15%. No município de São Paulo, 72% dos partos são

realizados por enfermeiras obstetras.

Portanto, é relevante aprimorar o serviço tanto no espaço

físico, para ambientação adequada, quanto no aumento do

corpo efetivo de profissionais capacitados, como enfermeiras

obstetras/obstetrizes. Também se recomenda investimento nos

veículos de mídia e outros para que haja uma mudança na

cultura da sociedade e se estimulem mais partos naturais e os

seus expressivos benefícios.

III. Sub-relatoria: Empoderamento e Trabalho

Vereadora responsável: Adriana Ramalho

O intuito desta sub relatoria foi apurar a vulnerabilidade da

mulher referente ao mercado de trabalho e propor mecanismos

para o empoderamento econômico no município de São Paulo.

Para tanto, foram realizadas reuniões ordinárias e reuniões de

trabalho para aprofundamento da temática.

**MULHERES E MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE**

**SÃO PAULO**

\* Convidada Dra. Patrícia Maeda, Juíza do Trabalho Substituta

do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Pensando em vulnerabilidade da mulher, um recorte importante

a ser feito é o da mulher trabalhadora informal e de baixa

renda. De acordo com o Instituto Locomotiva, com base nos

dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

de 201594, para a Região Metropolitana de São Paulo, três em

cada dez trabalhadoras com 16 anos ou mais estão na condição

de informalidade, o que corresponde a um milhão e trezentas

mil mulheres no mercado de trabalho paulistano, sendo, respectivamente:

37% autônomas, sem CNPJ; 36% empregadas

de empresas privadas, sem carteira assinada; e o restante, 27%,

são as empregadas domésticas sem carteira assinada.

O ponto em comum entre todas essas mulheres é o fato de

estarem à margem do Direito, numa exclusão tanto do sistema

tributário, quanto dos direitos sociais, fato agravado em razão

do papel colocado as mulheres pela sociedade, de cuidar do lar

e da família, ser trabalhando sem remuneração, enquanto ao

homem cabe o provento da família com o trabalho remunerado.

A ideia de que o trabalho da mulher é apenas complementar

na renda da família, portanto trabalhar seria “opcional”,

não se confirma nas estatísticas, pois, dessas um milhão e

trezentas mil mulheres no trabalho informal paulistano, 41%

delas são chefes de família e 25% são chamadas mães-solos.

“Esse suposto caráter complementar do trabalho da mulher

é o que normalmente se alega para justificar a flexibilidade da

jornada de trabalho. As estatísticas mostram que essas trabalhadoras

não tem jornada “parcial”, de até 25 horas semanais;

ao contrário, 48% das mulheres no trabalho informal na Região

Metropolitana de São Paulo trabalham mais do que 40 horas

semanais, sendo que 10% delas trabalham 49 horas ou mais

por semana, sem se levar em conta as horas de trabalho não

remunerado doméstico e de cuidado da família”.

Quanto à remuneração, 82% das trabalhadoras no mercado

informal recebem no máximo dois salários mínimos, sendo

que, dentre estas, 46% recebem até um salário mínimo.

Os dados do IBGE95 para o Brasil no período de 2004 a

2014 revelam que os homens gastaram 10 horas semanais em

tarefas domésticas, enquanto as mulheres gastaram 21 horas e

12 minutos por semana mais do que o dobro dos homens.

Além do corte de classe e gênero, com relação ao trabalho

de baixa renda, há uma forte influência do componente racial.

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

– SEADE96, no tocante ao emprego doméstico, constatou-

-se, através de estudos, que as trabalhadoras negras são a

maior parte dessa ocupação, sendo que 55,8% das trabalhadoras

domésticas se auto proclamam negras97.

Importante destacar que o trabalho informal configura uma

ilegalidade diante do descumprimento da exigência do registro

previsto na Consolidação das Leis do Trabalho- CLT. Essa ilegalidade

não é mera falta de formalidade burocrática, mas sim

a precarização das condições de trabalho, com a exclusão da

trabalhadora ao acesso a direitos sociais, em uma estratégia

de redução de custos. É preciso se atentar que não se justifica

o trabalho informal com a chamada “flexibilização”, que nada

mais é do que a redução e destruição de direitos.

“No entanto, o que se propaga é a ideia de que a CLT é antiga

e precisa ser modernizada e, ao prever direitos decorrentes

do contrato de trabalho, limitaria a liberdade contratual, criando

um grupo de trabalhadores superprotegidos, os celetistas, e

outros desprovidos de qualquer direito, os informais. Contudo,

um contrato negociado sem as garantias da CLT seria, sim,

um contrato com menos proteção à trabalhadora”, entende a

Doutora Maeda.

“De acordo com o discurso da flexibilidade e da liberdade,

o contrato de trabalho deveria se adaptar às condições e as

necessidades especiais de cada empregado, cabendo às partes

negociarem as cláusulas do contrato, prevalecendo o chamado

“negociado sobre o legislado”’. A especificidade do direito do

trabalho é justamente a desigualdade social e material entre as

partes no contrato”, prossegue.

Negar essa desigualdade, bem como supor a igualdade entre

as partes e a liberdade contratual significa eliminar essa especificidade

e colocar em cheque o próprio direito do trabalho.

Essas premissas da necessidade de modernização, flexibilização

e liberdade contratual são as que justificam, hoje “um verdadeiro

desmonte dos direitos sociais em andamento no Congresso

Nacional com as reformas trabalhistas e previdenciária, que

atingirão a totalidade das relações de trabalho e de forma mais

contundente as mulheres trabalhadoras”, opina a Juíza.

A negativa da proteção pelo não reconhecimento dessa

desigualdade entre as partes é verificada com a trabalhadora

assalariada informal, que não tem seu contrato registrado. O

fato de não ter o contrato formalizado gera insegurança. A

trabalhadora que vivencia essa condição, além de não ter satisfação

pessoal, pode ter consequências econômicas, na saúde

física e na mental.

Na perspectiva organizacional, essa precariedade do contrato

de trabalho faz parte de um cenário propício a outro grave

problema nas relações de trabalho: o assédio moral. Por isso,

a formalização do contrato de trabalho não é opcional, é algo

obrigatório em todas as relações de trabalho, seja para a empregada

doméstica ou para a empregada em empresa privada.

Sobre o trabalho assalariado doméstico, segundo dados do

SEADE98 de 2016, 96,9% dos postos de trabalho domésticos

são ocupados por mulheres, sendo que apenas 39,4% delas são

consideradas mensalistas com carteira assinada, existindo um

grande contingente de mulheres no trabalho doméstico contratadas

sem a devida formalidade.

Como consequência pela ausência do registro formal do

trabalho, temos:

- Salários mais baixos,uma vez que com registro na CTPS

a trabalhadora pertenceria a uma categoria profissional, com

enquadramento sindical e piso salarial específico, sendo esse

piso normalmente superior ao salário mínimo;

- Ausência ou redução de direitos trabalhistas, tais como

férias anuais remuneradas com acréscimo do 1/3 do salário, o

13º salário, depósito do FGTS em conta vinculada e o direito

ao aviso prévio proporcional no caso de dispensa imotivada,

dentre outros;

- Submissão a condições de trabalho sem a devida proteção

contra agentes perigosos e insalubres, não sendo observadas

as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho que

regem a Segurança e a Medicina do Trabalho

- Ausência de notificação de acidentes de trabalhado ao

Ministério do Trabalho, impossibilitando a cobertura previdenciária

e a garantia à trabalhadora acidentada que se afaste por

mais de 15 dias.

A subnotificação de acidentes de trabalho, frequente até

mesmo nas relações formais de trabalho, é regra no caso de trabalho

informal. A falta de dados oficiais agrava a condição de invisibilidade

da trabalhadora assalariada informal para o Estado.

As trabalhadoras informais se submetem, ainda, à ausência

de limite de horário de trabalho. Embora não apareçam nas

estatísticas oficiais, há relatos de trabalhadoras domésticas que

ficam à disposição da família empregadora vinte e quatro horas

por dia, em razão do suposto benefício de ser tratada como

filha, de morar no local de trabalho sem precisar se deslocar

nem precisar custear sua própria habitação, o que, na realidade,

esconde uma condição de trabalho degradante.

Na cidade de São Paulo, tem-se observado o crescimento

do número de trabalhadoras domésticas imigrantes. A situação

irregular em que se encontram aumenta sua vulnerabilidade.99

A ausência da formalização se reflete em menor segurança

e maior rotatividade nos postos de trabalho, uma vez que o

empregador pode contratar e dispensar a trabalhadora sem

a observação de qualquer direito trabalhista, em clara ofensa

à ordem institucional, sobretudo ao artigo 7º100, que prevê,

expressamente, uma série de direitos, dentre eles a proteção

da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem

justa causa. A Fundação SEADE adverte que 86,2% das mensalistas

sem carteira assinada não contribuem para a Previdência

Social. Situação semelhante é verificada entre as diaristas, pois

76,7% delas não contribuíram para a Previdência em 2016.

Com relação às diaristas, o SEADE aduz que a situação

delas se assemelha às trabalhadoras autônomas, uma vez que

foi reconhecida a condição delas de microempreendedoras

individuais, possuindo acesso à contribuição e a alguns direitos

previdenciários, a partir de 2015.

Entretanto, em 2015 e 2016 houve uma diminuição da

proporção das diaristas que contribuíram para a Previdência

Social, que pode ser explicado pela redução de seus rendimentos

médios.

\* Convidada Sra. Ligia Paula Pires Pinto Sica, Docente e

Supervisora do Grupo de Pesquisas em Direito e Gênero da

Fundação Getúlio Vargas São Paulo - GV 101

Para a construção de todas as políticas públicas, sejam

elas por ações governamentais do município, sejam elas pela

elaboração de projetos legislativos, é preciso pensar nas peculiaridades

do ser mulher e algumas das vulnerabilidades desse

ser mulher como grupo social.

Ao olhar para o mercado de trabalho, especificamente,

alguns dados da mulher paulistana e da mulher brasileira, refletimos

sobre a vulnerabilidade no ambiente laboral.

A mulher paulistana tem uma taxa alta de participação e

ingresso no mercado de trabalho. O Departamento Intersindical

de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE102 de 2016

declara ser de 55%. Entretanto, a média de rendimento mensal

da mulher em relação ao homem é de 10 para 12 reais a hora/

salário, ainda enfrentando maiores taxas de desemprego.

Ainda, segundo dados nacionais, desde 2003, existe uma

estagnação da mulher no espaço de poder nas empresas. A

mulher adentra ao mercado de trabalho, mas não consegue

progressão de cargo, porque elas não chegam aos espaços de

poder. Quando se avalia as companhias, 48% não apresentam

mulher no seu Conselho de Administração, e 66,5% não

apresentam mulher na sua Diretoria Executiva. Assim, a voz da

mulher é mitigada no ambiente corporativo também, havendo

barreiras institucionais para a ascensão da mulher nos ambientes

e que contribuem para essa vulnerabilidade econômica.

Dentro do mercado de trabalho existem diversas barreiras

institucionais para as mulheres, entre elas a que é conhecida

como glass ceiling103, uma barreira invisível que gera o fenômeno

de estagnação em 18 anos, ao longo dos quais mulheres

chegam até, no máximo, a uma gerência intermediária e, depois,

não sobem para outros cargos.

O script sexuado104 é o que se compreende a conciliação

da vida familiar e profissional como uma atribuição exclusivamente

feminina; existe uma pressuposição da competência à

mulher ao zelo com o espaço doméstico, o zelo com os filhos.

Tamém é mantém a representação de homens no topo,

mesmo em profissões “ditas” femininas, como por exemplo na

enfermagem, que dispõe do seu corpo técnico a grande maioria

de mulheres, mas muitas vezes o chefe é um homem.

Por fim, o chamado double trapdoors estabelece o tipo de

papel do feminino e do masculino, segundo o qual as mulheres

precisam endurecer, tendo em vista a posição doce a qual lhes

são atribuídas.

Desta forma, diversos estudos, não somente os apontados

aqui, comprovam as inúmeras barreiras e vulnerabilidades que

as mulheres enfrentam no ambiente de trabalho.

\* Convidada Sra. Ângela Christina Lucas, Professora do

Centro Universitário FEI - graduação em Administração.

De acordo com os dados do IBGE e RAIS105 as pessoas

com mais de 14 anos no Brasil são 52% de mulheres e quase

48% de homens. Quanto à população ocupada, ou seja, que

está exercendo algum tipo de trabalho de forma remunerada

é 42% de mulheres e 57% de homens. Em 2015, haviam 60%

de empregados formais, 23% trabalhando em conta própria,

sejam formais ou informais, e 6% de trabalhadores domésticos

formais ou informais. A respeito da população desocupada, que

busca emprego, mas que não está trabalhando no momento, a

proporção é de 50% de mulheres e 49% de homens.

A população fora do mercado de trabalho é composta por

aposentados, donas de casa e jovens estudantes, e em sua

maioria são mulheres. Outro aspecto é que pretos ou pardos

são 60% daqueles que estão procurando emprego e não conseguem,

tendo uma intersecção com a questão de raça, classe e

mercado de trabalho, sendo que 48% das pessoas desocupadas

não haviam completado o Ensino Médio, o que se junta também

com a questão de raça e classe.

Segundo dados do RAIS, até 2015, na cidade de São Paulo,

existiam 2,7 milhões de homens no mercado de trabalho formal,

e 2,4 milhões mulheres dentro do mercado de trabalho, ou

seja, 50% de homens e apenas 47% de mulheres. Para as mulheres

a questão do grau de escolaridade interfere muito na sua

empregabilidade, 10% dos homens conseguem trabalhar até o

nível Fundamental incompleto, mas as mulheres só conseguem

trabalhar dentro do mercado formal se elas estudarem. Olhando

para o mercado de trabalho o que faz a diferença na inserção

das mulheres é a questão da escolaridade.

No tocante à distribuição das mulheres dentro dos tipos

de empresas em São Paulo, os estabelecimentos maiores, com

mais de mil funcionários, são aqueles que têm uma diferença

maior de porcentagem de homens e mulheres, mesmo as

mulheres estudando mais que os homens, a faixa salarial delas

chega apenas até 1,5 do salário mínimo. Isso demonstra que os

trabalhos executados pelas as mulheres nessas empresas são

menos valorizados.

A Organização Internacional do Trabalho- OIT106- fez

uma análise sobre as diferenças salariais. A primeira questão

pontuada foi a interrupção dentro do mercado de trabalho, ou

redução de tempo de trabalho, pois frequentemente a mulher

não tem com quem deixar o filho para poder voltar ao trabalho,

além da questão da sociedade patriarcal, pois muitas vezes os

maridos ou os pais não deixam a mulher trabalhar. A mulher

assume o papel de responsável pela família, pelas responsabilidades

domésticas, e tende a escolher trabalhos mais flexíveis

que consequentemente pagam menos, chegando às vezes à

informalidade.

Outro ponto importante que interfere no desempenho

laboral da mulher é referente às creches, 46% das mulheres não

têm nenhum filho nas creches, e apenas 42% delas estão ocupadas.

Uma boa parte das mulheres não ocupadas gostariam

de trabalhar, mas provavelmente elas não conseguem pois têm

dificuldade de colocar os filhos numa creche. Tal dificuldade desencadeia

um outro processo de dependência dos seus maridos,

pois sem autonomia financeira ficam mais vulneráveis à assédio

dentro de casa e violência doméstica.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

\* Convidada Sra. ADRIANA CARVALHO, Gerente para os

princípios de empoderamento das mulheres – ONU Mulheres.

(Representando a Sra. Nadine Gasman, que é a representante

da ONU Mulheres no Brasil).

A ONU Mulheres107 é a entidade das Nações Unidas que

trabalha pela igualdade de gênero e empoderamento de mulheres

e meninas, promovendo desde discussões globais normativas,

como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, até

o apoio aos países onde está presente, incluindo o Brasil, onde

a ONU Mulheres coordena também o grupo de trabalho que

trata da questão de raça e etnia.

Quatro áreas estão em foco no Brasil: o combate à violência

contra as mulheres; a promoção da democracia paritária;

a promoção do empoderamento econômico das mulheres e a

promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas proclamou a

agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS

que é composta de 17 objetivos com 169 metas108. O Objetivo

número 5109 trata especificamente do tema Mulheres, que está

também presente em mais 12 objetivos, com metas específicas.

O objetivo número 5 discorre sobre a eliminação de todas as

formas de discriminação, todas as formas de violência, todas

as práticas nocivas contra meninas e mulheres, da valorização

do trabalho, da assistência não remunerada e do cuidado, de

oportunidades iguais para as mulheres nas lideranças (no serviço

público ou privado), de assegurar saúde universal e direitos

reprodutivos, maneiras de garantia dos direitos, fortalecimento

das políticas públicas e privadas, da utilização da tecnologia em

benefício das mulheres.

Vale destacar o objetivo número 17, que fala do trabalho

em rede, onde a ONU Mulheres pode agregar valor comunicando,

convocando, conectando e coordenando.

Segundo análise demográfica (IBGE), o Brasil é composto

de 51% de mulheres. Em um recorte específico do município de

São Paulo,os números apontam 54% de pessoas que se autodeclaram

negras, sendo 52,65% delas mulheres.

De acordo com dados do IPEA110 de 2015, outro apontamento

de desigualdade refere-se ao aumento da taxa de

pessoas que estudam no Brasil. A taxa de mulheres brancas é

superior à dos homens brancos, que é superior à das mulheres

negras, seguida pelos homens negros. De acordo com os dados

do IBGE a desigualdade racial prevalece, as mulheres brancas

são as que mais estudam, mas são os homens brancos os menos

afetados pelo desemprego, seguido pelos homens negros,

pelas mulheres brancas e pelas mulheres negras.

Quanto ao empreendedorismo, as mulheres atualmente

empreendem quase na mesma proporção que os homens, no

estágio inicial do processo (três primeiros anos). Ao contrário

de outros países do mundo, o Brasil tem empreendido bastante,

São Paulo é um polo de muitas iniciativas e discussões do tema.

No entanto, considerando os negócios pré-estabelecidos o número

de mulheres ainda é menor do que de homens.

Existem várias organizações trabalhando com a capacitação

das mulheres empreendedoras, como exemplos: a Rede Mulher

Empreendedora do Banco Itaú111 que apoia, conecta, inspira

e informa empreendedoras do Brasil, favorecendo a troca de

experiências, a expansão da rede de contatos e o conhecimento,

auxiliando-as na evolução de seus negócios e o Consulado da

Mulher112, trabalha na transformação social por meio do incentivo

ao empreendedorismo para mulheres de baixa renda e escodo

laridade, que vivem em comunidades vulneráveis na periferia das

grandes cidades ou em áreas rurais de todo o Brasil, o principal

objetivo é fazer com que elas se sintam confiantes e capazes de

empreender ou ampliar os seus negócios gerando renda e adquirindo

conhecimentos suficientes para ganhar autonomia e sair

da informalidade. Ambas instituições têm desenvolvido trabalhos

riscos de relevância para as mulheres.

Já na parte das empresas existem dois grandes programas

para envolvê-las, dado que é inviável falar de empoderamento

econômico sem ter as empresas participando, uma vez que, dois

terços dos empregos estão nas empresas.

O primeiro Programa é o Pro Equidade Gênero e Raça113,

uma iniciativa do Governo Federal que, por meio da Secretaria

de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

(SPM/PR) e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres,

reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre

mulheres e homens.

Criado em 2005, o programa está na sexta edição e destina-

se a empresas e instituições de médio e grande porte

dos setores públicos e privados. O objetivo é contribuir para

a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas

pelas mulheres no ambiente de trabalho. Atualmente conta com

124 organizações participando, sendo que quando começou

eram oito apenas, mas ainda é um número ínfimo perto do

número ideal.

O segundo é um programa global da ONU Mulheres em

conjunto com o pacto global que são os princípios de Empoderamento

das Mulheres114.

A ONU Mulheres e o Pacto Global cientes do papel das

empresas para o crescimento das economias e para o desenvolvimento

humano criaram os Princípios de Empoderamento

das Mulheres115.

Os Princípios são um conjunto de considerações que ajudam

a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios

valores e práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento

de mulheres.

Os sete Princípios de Empoderamento das Mulheres são:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de

gênero, no mais alto nível.

2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no

trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não

discriminação.

3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as

mulheres e homens que trabalham na empresa.

4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento

profissional para as mulheres.

5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas

de empoderamento das mulheres através das cadeias de

suprimentos e marketing.

6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas

voltadas à comunidade e ao ativismo social.

7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa

na promoção da igualdade de gênero.

O Programa Pro Equidade de Gênero e Raça é uma certificação

com um processo de duração de dois anos. O programa

Global da ONU Mulheres é um compromisso público com a

questão e recebe um guia de orientação para progredir na sua

jornada. Atualmente são 120 empresas brasileiras que estão

signatárias desses princípios116.

Na última década triplicou a presença de jovens negras nas

universidades de todo o País. Os dados de um estudo da UERJ

e do GEMAA117, mostram que quase 47% de jovens negros

nas grandes Universidades, nas federais e etc porém, não está

refletido no mercado de trabalho, a população economicamente

ativa: 19% de mulheres negras contra 27% de brancas. As ocupadas,

18% negras e 27% brancas. As desempregadas, negras

23% contra 26% brancas. Em São Paulo as empregadas domésticas

negras são mais que o dobro do que as brancas. Na área

de serviços, em 2015, havia 71% das mulheres negras.

O alto índice de serviço doméstico numa sociedade é

sinônimo de atraso econômico e social dessa sociedade. Nos

países desenvolvidos há menos serviços domésticos, ou seja as

mulheres estão em outros lugares.

Atualmente diminuiu a presença das jovens negras buscando

o emprego doméstico, devido aos programas sociais da

última década, elas puderam ampliar a sua escolarização e a

sua perspectiva frente ao mercado de trabalho. Quanto aos

rendimentos, há uma estabilidade na diferença entre o rendimento

de mulheres negras e brancas, homens negros e brancos,

ao longo da história, e as mulheres negras se mantêm na base

da pirâmide. Em 2016, em São Paulo, as mulheres, em geral,

recebiam 84% do valor recebido pelos homens. No caso das

mulheres negras, a média, ao longo da última década, tem sido

de 60 a 65% do que recebe o homem branco, com a mesma

escolaridade.

O diferencial de rendimento entre a mulher negra e a

mulher branca é muito grande, as taxas de desemprego são

maiores para as negras. Em Salvador, São Paulo e Distrito Federal,

as mulheres negras lideram o desemprego. A Previdência

Social também apresenta uma diferença grande ao longo do

tempo. Em 2015, as mulheres corresponderam a 62% do total

da aposentadoria por idade, contra 37% de homens. As mulheres

que se aposentam por idade são quase o dobro do que os

homens e por tempo de contribuição os homens correspondem

a quase o dobro das mulheres. Apesar de haver maior proporção

de mulheres protegidas pela Previdência do que homens,

os benefícios pagos a elas são inferiores aos que são pagos a

eles. É uma diferença expressiva de 32%. Em 2014, havia cerca

de 24 milhões de pessoas sem proteção no país, sendo 44%

de mulheres.

Referente a participação política continua sendo de 10%

de mulheres entre as várias Câmaras. Na eleição municipal

passada o número de São Paulo foi de 20%, mas a média

das mulheres em todas as Câmaras e como prefeitas, não se

alterou; ao contrário, em alguns casos, piorou. Em 2016, 11%

dos prefeitos eleitos são mulheres e apenas uma capital teve

uma mulher prefeita. Das 638 prefeitas eleitas, 454 brancas e

apenas 178 negras118.

Diversos países que avançaram na participação de mulheres

no Congresso, aprovaram realmente uma cota não de candidatas,

como no Brasil119, mas realmente uma cota de eleitas.

Sobre a questão das mulheres na liderança, existe um relatório

da Organização Internacional do Trabalho - OIT que mostra

que o Brasil, está na 31º colocação nesse quesito120. Há muita

preocupação com as reformas trabalhistas e previdenciárias,

nota-se uma falta de perspectiva de gênero, uma ausência de

verificação dos impactos nos mais desfavorecidos.

Relacionado ao ranking mundial de assassinatos de mulheres

o Brasil ocupa o quinto lugar. Na demonstração da evolução

da taxa de homicídios de mulheres brancas e negras121, desde

2003 até 2013 há um pequeno acréscimo, mas o que cresce

bastante são homicídios de mulheres negras e não de brancas.

No ordenamento das capitais segundo a taxa de homicídios

de mulheres, a cada 100 mil habitantes, São Paulo está em

último colocado: 2,8. São Paulo sobre esse aspecto está melhor

que as outras capitais do Brasil (Fonte: Mapa de Violência de

2015). Os Homens se suicidam aproximadamente quatro vezes

mais do que as mulheres, esse dado pode ser entendido como

fruto de uma cultura machista, onde, desde cedo fala-se para

meninos que eles não choram, dificilmente lidam com suas

emoções e isso tem consequências.

A taxa de homens mortos no ano é bem maior do que a de

mulheres, perto de 50 contra 5, mas a grande diferença entre as

mortes é que as mulheres morrem dentro de casa, muitas vezes,

e os homens morrem no espaço público. As mulheres morrem

vítimas de pessoas que elas conhecem como padrasto, pai, cônjuge,

ex-cônjuge e assim por diante, segundo a tabela baseada

no Ministério da Saúde que mostra a relação da vítima com o

agressor ou a agressora.

Apesar da Lei 13.104 do Feminicídio, ainda existem enormes

desafios, como o maior preparo dos agentes públicos.

O Brasil não atingiu a meta dos objetivos do milênio de

diminuição da mortalidade materna em cada 10 mil nascidos, o

número que a ONU indica não foi alcançado. Sobre o percentual

de crianças nascidas vivas por número de consultas, verifica-se

que de 2006 para 2014 com exceção das mulheres orientais,

todas as outras fizeram mais consultas pré-natais.

Sobre a distribuição percentual dos óbitos maternos por

tipo de causa obstétrica direta ou indireta e não especificada,

observa-se esse número sem grandes tendências de decréscimo,

as mulheres brancas são menos afetadas que as mulheres negras.

Quanto aos números de casos de AIDS, outra meta específica

do ODS 3, que trata de saúde e bem estar, houve um pequeno decréscimo,

mas muito mais estável do que realmente decrescendo

significativamente, o que é uma fonte de preocupação.

Na questão da educação, a gente ainda vê muitas meninas

preferirem a carreira de Humanas e Biológicas, e meninos, de

Exatas; embora as mulheres se formem mais na universidade,

quando observa-se por áreas, em Exatas, as mulheres ainda

são menos do que 50%, elas estão entre 30 a 35%, e esse

número está estável há uns dez anos. É um desafio ainda como

sociedade identificar o motivo dos meninos preferirem Exatas

versus Humanas e por que meninas estão mais em Humanas

e Biológicas, a UNESCO nesta questão tem um trabalho de

meninas nas Exatas.

Para estimular a maior participação feminina no ecossistema

de startups de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo, por

meio da iniciativa Tech Sampa e a Rede Mulher Empreendedora

–RME – se uniram mais uma vez para realizar o Prêmio

Mulheres Tech em Sampa, que está em sua terceira edição,

dessa vez com foco em apoiar empreendedoras, fundadoras e

líderes de startups.

O Prêmio Tech Sampa premia as mulheres que têm startups

na área de tecnologia. Muitas empresas de tecnologia têm

preocupação com esse assunto. Então, em pequena escala

possuem programas para falar com as jovens do ensino médio

e mostrar que essa também é uma carreira atrativa.

Uma contribuição da ONU Mulheres na parte educacional é

a plataforma ‘Valente não é Violento’, uma iniciativa dentro da

campanha UNA-SE pelo Fim da Violência Contra as Mulheres,

com o objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos

machistas, enfatizando a responsabilidade que os

homens devem assumir na eliminação da violência contra as

mulheres e meninas. É proposto um plano de aula sem machismo,

composto por oito aulas públicas, que estão disponíveis

para o ensino médio. É preocupante a exclusão de gênero do

Plano Municipal de Educação do Município de São Paulo.

A palavra igualdade de gênero carrega no imaginário

popular das pessoas vários significados que muitas vezes não

é correto, é como se limitasse a questão a certos pontos muito

específicos que geram muitas controvérsias, e as coisas comuns

são esquecidas.

CONVIDADA Prof.ª. Drª. CIDA BENTO, Centro de Estudos

das Relações de Trabalho e Desigualdades.

O tema equidade de gênero e raça é uma questão de

Direitos Humanos, nesse sentido só se tem a democracia efetiva

se as mulheres negras, brancas e indígenas estiverem incluídas,

se justiça social estiver colocada, principalmente a diminuição

da pobreza. As mulheres em particular, mulheres negras, são as

principais usuárias das políticas de combate à pobreza, como

por exemplo o Programa Minha Casa, Minha Vida; No Bolsa

Família as mulheres negras chegam a quase 75% das usuárias

no país. Isso é um foco fundamental para a CPI prestar atenção:

como as mulheres negras, indígenas, precisam e estão linkadas

com esses produtos, esses programas que visam a diminuição

da pobreza.

Um primeiro estudo que fala sobre segmentação de raça

e gênero no trabalho, foi na década de 1980, três mulheres do

IBGE propuseram demonstrar a segmentação no Brasil de raça

e gênero. Na ocasião foram muito criticadas por usar a expressão

“segmentação”.

Embora persista a discriminação as mulheres têm uma

inserção cada vez maior no mercado de trabalho, com significativa

diferença entre as mulheres negras e as brancas.

Na última década triplicou a presença de jovens negras nas

universidades de todo o País. Os dados de um estudo da UERJ

e do GEMAA, mostram que quase 47% de jovens negros nas

grandes Universidades, Federais e outras. Entretanto, isto não

está refletido no mercado de trabalho a população economicamente

ativa e de: 19% de mulheres negras contra 27% de

brancas, as ocupadas, 18% negras e 27% brancas e as desempregadas,

negras 23% contra 26% brancas.

Em São Paulo as empregadas domésticas negras são mais

que o dobro do que as brancas, já Na área de serviços, em

2015, havia 71% das mulheres negras e um pouco menos das

não negras. As mulheres negras estão inseridas duas vezes mais

no emprego doméstico como constatado. O alto índice de serviço

doméstico numa sociedade é sinônimo de atraso econômico

e social, os países desenvolvidos há menos serviços domésticos,

ou seja, as mulheres estão em outros espaços.

Atualmente diminuiu a presença das jovens negras buscando

o emprego doméstico, devido aos programas sociais da

última década, elas puderam ampliar a sua escolarização e a

sua perspectiva frente ao mercado de trabalho.

Referente aos rendimentos há uma estabilidade na diferença

entre o rendimento de mulheres negras e brancas, homens

negros e brancos, ao longo da história as mulheres negras se

mantêm na base da pirâmide. Em 2016 em São Paulo as mulheres,

em geral recebiam 84% do valor recebido pelos homens. No

caso das mulheres negras a média ao longo da última década,

tem sido de 60 a 65% do que recebe o homem branco, com

a mesma escolaridade. O diferencial de rendimento entre a

mulher negra e a mulher branca é muito grande, as taxas de

desemprego são maiores para as negras. Em Salvador, São Paulo

e Distrito Federal, as mulheres negras lideram o desemprego.

No tocante a Previdência Social também apresenta uma

diferença bastante grande ao longo do tempo. Em 2015 as

mulheres corresponderam a 62% do total da aposentadoria por

idade, contra 37% de homens. As mulheres que se aposentam

por idade são quase o dobro do que os homens, e por tempo

de contribuição os homens correspondem a quase o dobro das

mulheres.

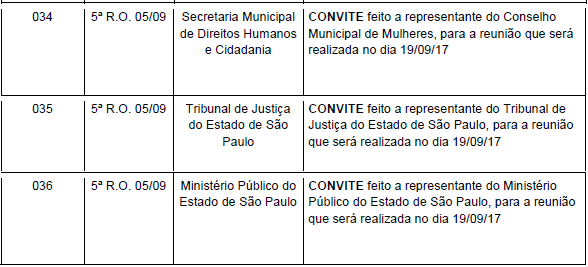
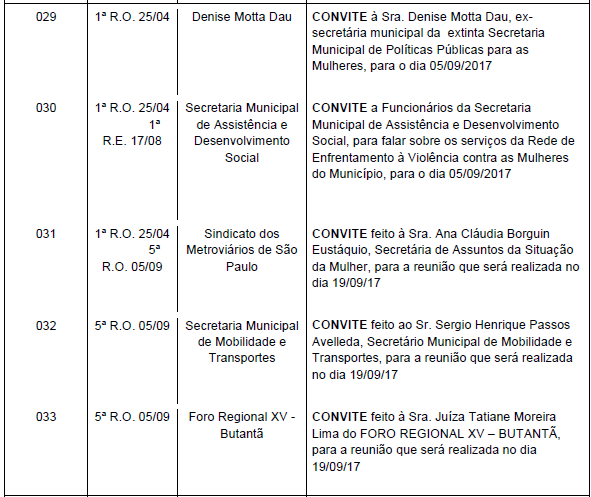
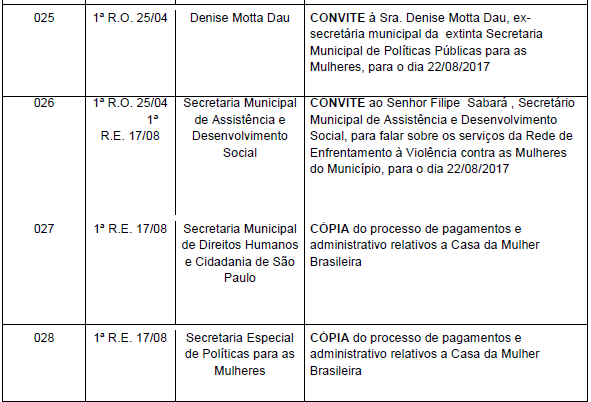
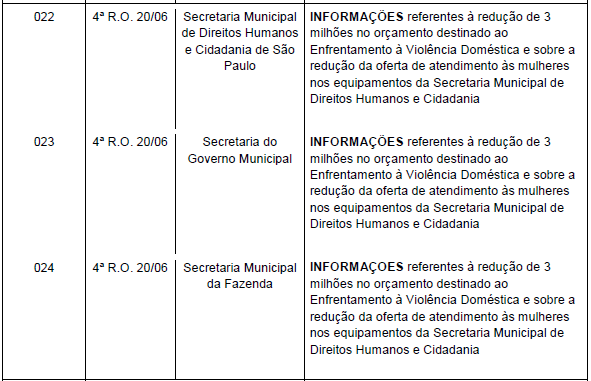
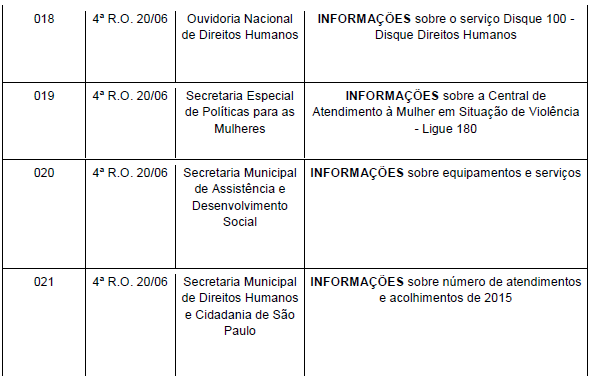
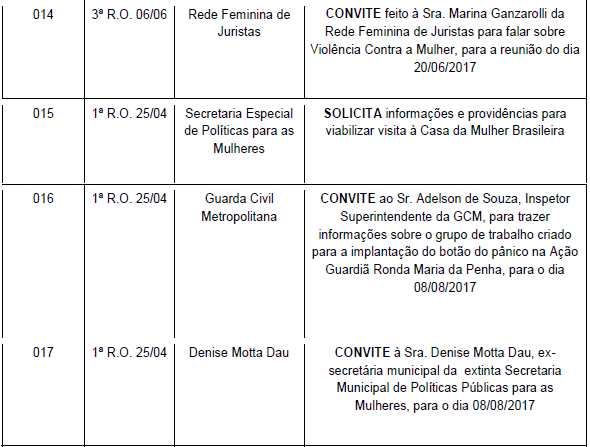
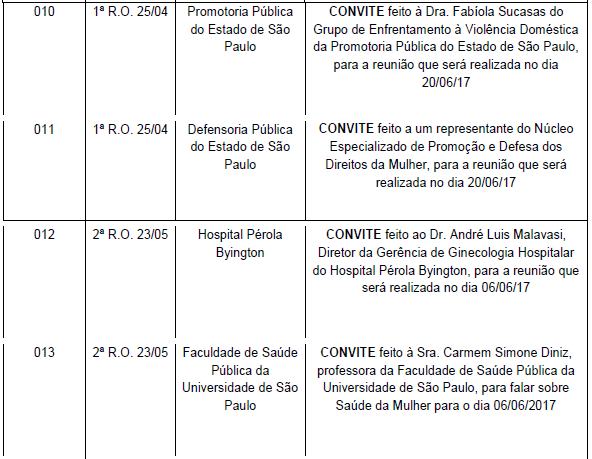
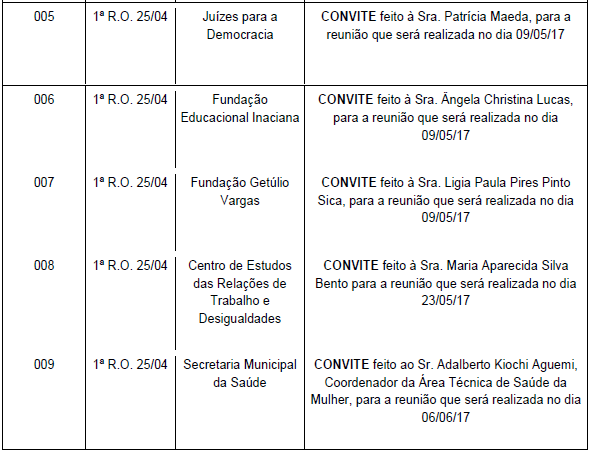
Apesar de haver maior proporção de mulheres protegidas

pela Previdência do que homens, os benefícios pagos a elas são

inferiores aos que são pagos a eles. É uma diferença expressiva

de 32%. Em 2014, havia cerca de 24 milhões de pessoas sem

proteção no País, 44% de mulheres.



**6. Encaminhamentos**

\* Que seja oficiada a Secretaria Estadual de Segurança

Pública, juntamente com cópia do relatório final dessa CPI, para

que sejam recebidas pelo Secretário as integrantes desta CPI,

com o intuito de abordar as seguintes questões: que os Distritos

Policiais (DPs) encaminhem e/ou orientem as mulheres vítimas

de violência sexual a procurarem também os hospitais municipais

que possuem esse tipo de atendimento médico especializado

- Hospital de Vila Nova Cachoeirinha (Zona Norte), Hospital

de Campo Limpo (Zona Sul), Hospital Tide Setubal (Zona Leste),

Hospital do Tatuapé (Zona Leste) e o Hospital Jardim Sarah Professsor

Mario Degni (Zona Oeste); que haja esforços no sentido

de dar prioridade, nos Distritos Policiais, ao atendimento à pessoa

vítima de estupro, evitando assim que a vítima de violência

seja submetida a situação vexatória no momento do registro da

ocorrência; que haja capacitação e sensibilização permanentes

dos agentes de Segurança Pública para o atendimento às

vítimas de viol~encia de gênero; de que sejam compartilhados

dados relativos aos locais com maior número de ocorrências de

violência contra a mulher para definir investimentos prioritários

em iluminação pública.

\* Que seja oficiada a Secretaria Municipal de Saúde, solicitando

que as integrantes desta CPI sejam recebidas pelo Secretário

com o intuito de discutir os seguintes pontos: aquisição

e distribuição de implantes contraceptivos; o mapeamento da

disponibilidade e perspectiva de ampliação de vagas em maternidades

e casas de parto; a disponibilidade de profissionais

em toda a rede de atenção à saúde da mulher e o diagnóstico

da Secretaria quanto às carências regionais e providências possíveis

para que sejam superadas; critérios adotados para solicitação

de exames diagnósticos de alto custo; critérios adotados

para estabelecimento e monitoramento das metas nos contratos

de gestão; divulgação dos direitos da mulher no tocante à

realização do “aborto legal”; capacitação e sensibilização dos

profissionais da saúde para o atendimento às mulheres nessa

condição; adoção de medidas para evitar a violência obstétrica;

criação de protocolos intersecretariais para compartilhamento

de informações relacionadas à violência contra a mulher; publicação

de material informativo (“cartilha”) com orientações às

mulheres sobre o que é importante informar e perguntar à medica

ou médico; ampliação do projeto “Prevenção da Violência

Doméstica com a estratégia de Saúde da Família”.

\* Que seja oficiada a Secretaria Municipal de Direitos

Humanos e Cidadania solicitando que as integrantes desta CPI

sejam recebidas pela Secretária com o intuito de discutir os

seguintes pontos: o andamento das obras, liberação de recursos

e a previsão de implantação dos serviços da Casa da Mulher

Brasileira; a disponibilidade de recursos e a adequação dos quadros

de recursos humanos dos centros de referência da mulher

e Casas Abrigo; andamento dos trabalhos do Conselho Municipal

de Políticas para Mulheres; andamento das atividades dos

Fóruns regionais de direitos das mulheres; previsão de implementação

do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

criação de protocolos intersecretariais para compartilhamento

de informações relacionadas à violência contra a mulher; andamento

das atividades do Comitê Intersecretarial dos Direitos da

Mulher; implantação do sistema de monitoramento previsto da

Portaria nº 19/SMPM de 16 de Dezembro de 2016.

\* Que seja oficiada a Secretaria Municipal de Segurança

Urbana solicitando que as integrantes desta CPI sejam recebidas

pela Secretária com o intuito de discutir os seguintes

pontos: ampliação do projeto “Guardiã Maria da Penha”; a capacitação

e sensibilização permanentes dos guardas civis para

atendimento à mulher vítima de violência; criação de ações

efetivas de combate ao assédio moral dentro da Corporação;

a possível criação de atendimento telefônico específico para o

programa “Guardiã Maria da Penha”.

\* Que seja oficiado o Gabinete do Senhor Prefeito da

cidade de São Paulo solicitando que as integrantes desta CPI

sejam recebidas pelo Sr. Prefeito com o intuito de discutir os

seguintes pontos: implantação do botão do pânico; implantação

do atendimento aos homens autores de violência; aumento das

dotações orçamentárias para políticas para as mulheres;

\* Que seja oficiada a Secretaria Municipal de Assistência

e Desenvolvimento Social solicitando que as integrantes desta

CPI sejam recebidas pelo Sr. Secretário com o intuito de discutir

os seguintes pontos: disponibilidade de serviços e vagas para

atendimento a mulheres vítimas de violência; a disponibilidade

de recursos e a adequação dos quadros de recursos humanos

dos serviços de atendimento à mulher; criação de protocolos

intersecretariais para compartilhamento de informações relacionadas

à violência contra a mulher; sistemas de avaliação e

monitoramento da qualidade dos serviços; gestão da oferta e

ocupação de vagas;

\* Que seja oficiada a SPTRANS - São Paulo Transportes,

solicitando que as integrantes desta CPI sejam recebidas pelo

Sr. Presidente com o intuito de discutir os seguintes pontos:

protocolo adotado para identificação de homens assediadores

no transporte público; possibilidade de criação de protocolo

de acolhimento às mulheres vítimas de violência; instalação de

placas informativas nos ônibus municipais sobre a Lei 16.490

de Julho de 2016 (permite que mulheres e idosos desçam em

locais seguros entre as 22h e às 5h)

\* Que seja oficiada a Secretaria estadual dos Transportes

Metropolitanos, solicitando que as integrantes desta CPI sejam

recebidas pelo Sr. Secretário, com o intuito de discutir os seguintes

pontos: possibilidade de veiculação de campanha permanente

dentro dos veículos com trânsito na cidade de São Paulo,

sobre prevenção ao assédio e violência contra a mulher, além

dos canais de denúncia; informações sobre treinamentos e capacitações

desenvolvidos com os colaboradores das empresas

CPTM e Metrô para atendimento à mulher vítima de violência.

\* Que seja oficiada a Companhia do Metropolitano de

São Paulo - Metrô, solicitando que as integrantes desta CPI

sejam recebidas pelo Sr. Presidente, com o intuito de discutir os

seguintes pontos: dados disponíveis sobre casos de assédio no

Metrô de São Paulo e medidas adotadas de prevenção, atendimento

e encaminhamento das mulheres vítimas de violência.

**\* Que seja oficiada a Secretaria Municipal de Trabalho e**

**Empreendedorismo, solicitando que as integrantes desta CPI**

**sejam recebidas pelo Sr. Secretário, com o intuito de discutir os**

**seguintes pontos: criação de campanhas voltadas à iniciativa**

**privada para divulgação e aplicação da legislação de combate**

**ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho; criação de**

**mecanismos de denúncia e monitoramento de situações de**

**assédio moral no serviço público.**

Propostas Legislativas:

I - Projeto de Lei nº /

Proposto pela Vereadora Sandra Tadeu

Estabelecem diretrizes para padronização do atendimento

às mulheres, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º O Poder Público envidará esforços na criação de

protocolo único de atendimento à saúde da mulher em todos os

equipamentos públicos de saúde.

Art. 2º O protocolo único deverá ser adotado em todo

atendimento realizado pelo Sistema Único de Saúde e terá

como meta o aperfeiçoamento contínuo que permita uma avaliação

completa da saúde da mulher, evitando práticas médicas

desnecessárias.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei

correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas

se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Justificativa do Projeto

A Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de

investigar a condição de vulnerabilidade das mulheres no âmbito

do Município de São Paulo concluiu, a partir de depoimento

do do Dr. André Luiz Malavasi, médico do Hospital Pérola Byington,

amparado por informações da plataforma xxxxx [site], que

assiserviços

do Sistema Único de Saúde solicitam a realização de

diversos exames invasivos desnecessários, que causam não

apenas constrangimento à mulher, mas também um gasto

excessivo e desnecessário ao Município, conforme depoimento

A criação de um protocolo único de atendimento tem como

objetivo uniformizar os procedimentos e os exames necessários

à saúde da mulher.

II - Projeto de Lei nº 553/2016

PROJETO DE LEI Vereadora Noemi Nonato (PR)

Autores atualizados por requerimentos:

Ver. NOEMI NONATO (PR)

Ver. ALINE CARDOSO (PSDB)

Ver. SÂMIA BOMFIM (PSOL)

Ver. JANAÍNA LIMA (NOVO)

Ver. ADRIANA RAMALHO (PSDB)

Ver. EDIR SALES (PSD)

Ver. SONINHA FRANCINE (PPS)

Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS)

Ver. RUTE COSTA (PSD)

Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB)

Ver. JULIANA CARDOSO (PT)

"Institui o "Projeto de Prevenção da Violência Doméstica

com a Estratégia de Saúde da Família", e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o "Projeto de Prevenção da Violência

Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", voltado

à proteção de mulheres em situação de violência, por meio

da atuação preventiva dos Agentes Comunitários de Saúde.

Parágrafo único. A implementação das ações do "Projeto de

Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde

da Família" será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde,

de forma articulada com a Secretaria Municipal de Políticas

Públicas para as Mulheres, garantida a participação do Grupo

Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica - Gevid, do

Ministério Público do Estado de São Paulo.

Art. 2° São diretrizes do "Projeto de Prevenção da Violência

Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família": I - prevenir

e combater as violências física, psicológica, sexual, moral e

patrimonial contra as mulheres, conforme legislação vigente;

II - divulgar e promover os serviços que garantem a proteção e

a responsabilização dos agressores/autores de violência contra

as mulheres; III - promover o acolhimento humanizado e a

orientação de mulheres em situação de violência por Agentes

Comunitários de Saúde especialmente capacitados, bem como

o seu encaminhamento aos serviços da rede de atendimento

especializado, quando necessário.

Art. 3º O "Projeto de Prevenção da Violência Doméstica

com a Estratégia de Saúde da Família" será gerido pela Secretaria

Municipal de Saúde.

§ 1º Caberá ao Poder Executivo definir os órgãos públicos

que assumirão as funções voltadas à coordenação, planejamento,

implementação e monitoramento do Projeto.

§ 2º A participação nas instâncias de gestão será considerada

prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º O "Projeto de Prevenção da Violência Doméstica

com a Estratégia de Saúde da Família" será executado através

das seguintes ações:

I - capacitação permanente dos Agentes Comunitários de

Saúde envolvidos nas ações;

II - impressão e distribuição da Cartilha "Mulher, Vire a Página"

e/ou outros materiais relacionados ao enfrentamento da

violência doméstica, em todos os domicílios abrangidos pelas

equipes do Projeto;

III - visitas domiciliares periódicas pelos Agentes Comunitários

de Saúde de São Paulo nos domicílios abrangidos pelo

Projeto, visando à difusão de informações sobre a Lei Maria da

Penha e os direitos por ela assegurados;

IV - orientação sobre o funcionamento da rede de atendimento

à mulher vítima de violência doméstica no Município

de São Paulo;

V - realização de estudos e diagnóstico para o acúmulo de

informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas de

segurança que busquem a prevenção e o combate à violência

contra as mulheres. Parágrafo único. O Projeto poderá promover,

ainda, a articulação das ações definidas neste artigo com outras

políticas desenvolvidas em âmbitos federal, estadual e municipal.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por

conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se

necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em Às

Comissões competentes."

JUSTIFICATIVA - PL 0553/2016 A presente propositura tem

por objetivo de instituir o "Projeto de Prevenção da Violência

Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", voltado à

proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação

preventiva dos Agentes Comunitários de Saúde. A violência

física é o caso mais comum de agressão contra as mulheres,

seguido de coerções psicológicas (ameaças em geral), morais

(xingamentos e situações humilhantes), sexuais e patrimoniais.

As vítimas mais frequentes são mulheres negras (43,3%) com

idade entre 20 e 40 anos (56%), casadas ou em união estável

(52%) e com escolaridade equivalente ao Ensino Médio (25%)

(Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009). É imperioso

que exista um esforço coletivo para coibir esta prática,

por meio de diferentes medidas que coíbam a Violência contra

a Mulher, para tanto, é preciso reunir e organizar as iniciativas,

que partam tanto do Poder Público quanto da iniciativa privada.

Pelos legítimos méritos da proposição, solicito apoio dos Nobres

Pares na aprovação desta importante questão.

**7. Legislação vigente**

Constatamos a existência de vasta legislação Federal,

Estadual e Municipal sobre o tema Vulnerabilidade da Mulher.

Selecionamos um rol exemplificativo, que procurou salientar

a legislação pertinente a cada um dos temas tratados na

Comissão Parlamentar de Inquérito, desta forma destacamos:

- Decreto Federal nº 62, de 19 de janeiro de 1968, que

promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em

matéria de emprego e profissão;

- Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que dispõe

sobre o planejamento familiar;

- Lei Federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que

estabelece notificação compulsória de casos de violência contra

a mulher, nos moldes que especifica;

- Lei Federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005, que garante

às parturientes a presença de acompanhante durante o trabalho

de parto, parto, e pós-parto;

- Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria

mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra

a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição

Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana

para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a

Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica

e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo

Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras

providências.

- Lei Federal nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que

dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento da maternidade

em que receberá assistência;

- Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe

sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em

situação de violência sexual;

-Lei Municipal nº 13.150, de 20 de junho de 2001, que

introduz o quesito "violência de gênero" no sistema municipal

de informações de saúde, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 13.191, de 23 de outubro de 2001, que

dispõe sobre o uso dos espaços publicitários nos ônibus e nos

abrigos de espera para campanhas educativas contra violência

à mulher;

-Lei Municipal nº 13.198, de 30 de outubro de 2001, que

dispõe sobre a assistência às vítimas de violência, e dá outras

providências;

- Lei Federal nº 13.435, de 12 de abril de 2017, que institui

o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno;

- Portaria nº 569/00 (Federal), do Ministério da Saúde, que

dispõe sobre o “Programa de Humanização no Pré-Natal e

Nascimento”;

- Lei Estadual nº 10.241, de 17 de março de 1999, que

dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações

de saúde do Estado;

- Lei Estadual nº 10.689, de 30 de novembro de 2000, que

dispõe sobre a permanência de acompanhantes dos pacientes

internados nas unidades de saúde do Estado;

- Lei Estadual nº 13.069, de 12 de junho de 2008, que

determina que os hospitais conveniados ao Sistema Único de

Saúde informem à parturiente sobre o seu direito a um acompanhante;

- Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001, que

institui o “Programa Mulher - Sua Saúde, Seus Direitos";

- Lei Municipal nº 13.211, de 13 de novembro de 2001, que

dispõe sobre a instituição do “Programa de Proteção da Saúde

da Gestante e do Recém-Nascido no Município”, e dá outras

providências;

- Lei Municipal nº 13.280, de 8 de janeiro de 2002, que

dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio à Mulher;

- Lei Municipal nº 13.379, de 24 de junho de 2002, que institui

a licença-maternidade especial para servidoras municipais,

mães de bebês prematuros, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 13.466, de 4 de dezembro de 2002, que

dispõe sobre a realização de cirurgia plástica pelos hospitais da

rede pública, na forma que especifica, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003,

que dispõe sobre a criação do programa de informações sobre

vítimas de violência, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 14.673, de 14 de janeiro de 2008, que

dispõe sobre a criação de “casas abrigo” para o atendimento

de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes,

e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 13.770, de 29 de janeiro de 2004, que

dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal

que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos

programas de Habitação de Interesse Social;

-Lei Municipal nº 13.786, de 12 de fevereiro de 2004, que

dispõe sobre a realização de campanhas educativas contra

violência à mulher;

- Lei Municipal nº 13.998, de 10 de junho de 2005, que

dispõe sobre a permanência de acompanhantes dos pacientes

nas unidades de saúde do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que

dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações

de saúde, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 14.821, de 18 de julho de 2008, que

altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia

Municipal de Ação pela Saúde da Mulher e pela

Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, a ser comemorado

anualmente no dia 28 de maio;

- Lei Municipal nº 15.043, de 27 de novembro de 2009, que

dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à

saúde da mulher, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 15.137, de 25 de março de 2010, que

autoriza a celebração de consórcio com municípios do Estado

de São Paulo, objetivando o atendimento às mulheres vítimas

de violência, na forma que especifica;

-Lei Municipal nº 15.203, de 18 de junho de 2010, que

estabelece diretrizes para a política municipal de atendimento

às mulheres em situação de violência;

- Lei Municipal nº 15.550, de 30 de março de 2012, que

altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a comemoração

da Semana de Prevenção e Combate à Depressão

Pós-Parto, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 15.635, de 20 de setembro de 2012, que

altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para dispor

sobre o Dia de Luta e Combate à Violência Contra a Mulher, e

dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.894, de 8 de novembro de 2013,

que institui o Plano Municipal para a Humanização do Parto,

dispõe sobre a administração de analgesia em partos naturais

de gestantes da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.943, de 23 de dezembro de 2013,

que dispõe sobre o diagnóstico de gestantes portadoras do

vírus HIV e a prevenção de transmissão aos fetos e crianças

recém-nascidas;

- Lei Municipal nº 15.945, de 23 de dezembro de 2013, que

estabelece diretrizes para a criação do denominado “Programa

Centro de Parto Normal - Casa de Parto”, no âmbito do Município

de São Paulo;

- Lei Municipal nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que

dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos

Conselhos de Controle Social, e dá outras providências;

-Lei Municipal nº 16.068, de 04 de setembro de 2014, que

altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para dispor

sobre o mês do ativismo pela não violência contra a mulher, e

dá outras providências;

-Lei Municipal nº 16.165, de 13 de abril de 2015, que

institui a ação denominada “Ronda Maria da Penha” no âmbito

da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, e dá outras

providências;

- Lei Municipal nº 16.336, de 30 de dezembro de 2015,

que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo à Doação

de Leite Materno “Quem doa leite materno doa vida”, e fixa

outras providências;

- Lei Municipal nº 16.732, de 01 de novembro de 2017,

que institui o Programa Tempo de Despertar, que dispõe sobre

a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de

violência doméstica e grupos reflexivos de homens, e dá outras

providências.

- Lei Municipal nº 16.684, de 10 de julho de 2017, que dispõe

sobre a obrigatoriedade de afixação no âmbito do Município

de São Paulo, de avisos com o número do Disque Denúncia

da Violência contra a Mulher (Disque 180)

- Decreto Municipal nº 52.918, de 13 de janeiro de 2012,

que dispõe sobre a criação do Observatório de Indicadores de

Políticas Públicas Etnicorraciais e de Gênero do Município de

São Paulo;

- Decreto Municipal nº 54.660, de 5 de dezembro de 2013,

que institui o Comitê Intersecretarial de Políticas para as Mulheres

– Conexão Mulher;

- Decreto Municipal nº 55.089, de 8 de maio de 2014, que

institui o Projeto Guardiã Maria da Penha;

- Decreto Municipal nº 56.702, de 09 de dezembro de 2015,

que cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres -

CMPM.

- Portaria da Secretaria Municipal de Saúde nº 275/04, que

dispõe sobre o denominado “projeto prioritário nascer bem –

gravidez saudável e parto seguro”;

- Resolução da CMSP Nº 4, de 29 de março de 2017, que

institui a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Mulher,

e dá outras providências.

**8. Conclusões**

Por maior que fosse o tempo disponível para a realização

desta CPI, ele seria insuficiente para dar conta da questão em

toda sua profundidade e complexidade.

Ainda assim pudemos, ao longo deste período, avançar em

nosso conhecimento sobre as políticas e serviços para mulheres,

de modo a sermos capazes de atuar de forma mais contundente

e efetiva na fiscalização, monitoramento, avaliação e formulação

de políticas públicas.

Ao longo dos trabalhos em si, já produzimos avanço em

nível legislativo, com a proposição e até mesmo aprovação

de projetos relativos ao tema, bem como a inclusão, com assiserviços

natura de todas as vereadores, de emendas no valor de R$10

milhões para reforço aos serviços de atendimento à mulher, incluindo

o reforço às seguintes dotações da Secretaria Municipal

de Assistência e Desenvolvimento Social:

\* 4308 - Proteção Social Especial à População em Situação

de Rua

\* Acréscimo de R$ 2.560.260,37

\* CA especial para pessoas em período de convalescença

\* Centro de acolhida especial para mulheres

\* República para adultos

\* 4329 - Políticas, Programas e Ações para as Mulheres

\* Aumento total de R$ 1.713.070,95

\* Centro de acolhida para mulheres em situação de violência

\* Centro de acolhida para gestantes, mães e bebês

\* Centro de defesa e de convivência da mulher

\* 4397 - Manutenção e Operação de Centro de Referência

Especializada da Assistência Social (CREAS)

\* Aumento total de R$ 561.579,96

\* Núcleo de proteção jurídico social e apoio psicológico - NPJ

A proposta é que esses valores sejam debitados da dotação

01.032.3024.2100 Administração da Unidade - Tribunal

de Contas do Município de São Paulo, sendo reduzida de R$

293.053.500 para R$ 288.218.588,72, levando-se em consideração

que, nos últimos anos, a execução orçamentária do órgão

resultou muito inferior ao inicialmente previsto.

Por iniciativa da vereadora Juliana Cardoso, também foram

apresentadas emendas ao Orçamento remanejando outros R$5

milhões em recursos das despesas administrativas do Tribunal

de Contas para os serviços de atendimento à mulher alocados

na Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

A vereadora Aline Cardoso (PSDB) apresentou o Projeto de

Lei 409/2017, em co-autoria com as então integrantes desta

CPI, Vereadoras Adriana Ramalho (PSDB); Edir Sales (PSD);

Juliana Cardoso (PT); Patrícia Bezerra (PSDB); Sâmia Bomfim

(PSOL); Soninha Francine (PPS); Noemi Nonato (PR); Rute Costa

(PSD) e Sandra Tadeu (DEM), que "Define percentual mínimo

de participação de mulheres nos Conselhos Administrativos das

Empresas Públicas Municipais, suas subsidiárias e controladas e

demais empresas em que o Município, direta ou indiretamente,

detenha maioria do capital social com direito a voto”.

A vereadora Patricia Bezerra apresentou o PL 200/2014,

que “regula a relação profissional entre as modelos e agências

da cidade de São Paulo, combatendo a exploração laboral e

sexual de crianças e adolescentes”.

Foi aprovada a Lei 16.684, de 10 de julho de 2017, a partir

do Projeto de Lei nº 54/17,de autoria da vereadora Samia

Bomfim, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no

âmbito do Município de São Paulo, de avisos com o número do

Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher”.

A vereadora Samia Bomfim apresentou também o Projeto

de Lei 120/2017, que institui o programa de atenção humanizada

ao “aborto legal” e juridicamente autorizado no âmbito do

município de São Paulo.

A vereadora Sandra Tadeu apresentou o PL 427 de 2017,

que "Proíbe a cobrança diferenciada entre homens mulheres

na entrada de casas noturnas, boates-shows, bares e demais

estabelecimentos similares”, a partir da compreensão de que as

mulheres, ao terem acesso facilitado por meio da cobrança de

ingressos mais baratos ou gratuidades, são objetificadas como

chamarizes para o público masculino.

Concluída oficialmente a Comissão, teremos, de agora em

diante, muito mais trabalho para tornar efetiva sua contribuição

para a cidade de São Paulo.

**9. Anexos**

Consultoria Técnico-Legislativa

CPI da Vulnerabilidade da Mulher

Relatório de diligência na “Casa da Mulher Paulistana

Rosângela Rigo”

Juliana Trufino - Consultora Técnico-Legislativa – Psicologia

01/06/2017

PARTICIPANTES:

Vereadora Aline Cardoso, Vereadora Juliana Cardoso, Vereadora

Samia Bonfim e respectivas assessoras, além da assessora

da Vereadora Sandra Tadeu, assessora da Vereadora Noemi

Nonato, assessora da Vereadora Soninha Francine e Consultora

técnica das áreas sociais.

Foram recebidas por Rosilene Pimentel, coordenadora da

Casa da Mulher Paulistana; Norina Rienzi Nunes, diretora executiva

da União Popular de Mulheres; Celina Aparecida, gerente

do Centro de Defesa da Mulher de Campo Limpo; Catarina

Rossi, coordenadora da coordenação de Políticas para Mulheres

da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município.

HORÁRIO: 9 horas

LOCAL: Rua Castro Maia, 251 – Jardim Paulistano

JUSTIFICATIVA

O requerimento para realização dessa diligência, apresentado

pela Vereadora Sâmia Bonfim, foi aprovado no dia

25/04/2017 na reunião da CPI de Vulnerabilidade da Mulher em

que a então Secretária de Direitos Humanos, Patrícia Bezerra,

prestou depoimento na CPI, apresentou dados de diversos

serviços municipais da rede de proteção à mulher e foi questionada,

tanto por vereadoras como por trabalhadoras da Casa

da Mulher Paulistana que estavam presentes, pelo fato deste

serviço, na ocasião, não estar recebendo repasse de verba pela

Prefeitura para liquidação das despesas.

CARACTERÍSTICAS DA CASA

A Casa da Mulher Paulistana teve convênio assinado em

29/11/2016, foi inaugurada em 09/12/2016 e começou os

atendimentos no dia 10/12/2016. O espaço é administrado pela

União Popular de Mulheres de Campo Limpo.

É uma Casa de Acolhimento Provisório de Curta Duração

para mulheres em situação de violência de todo o município.

Funciona 24 horas por dia e a mulher pode ficar acolhida nesse

local por 15 dias, prorrogáveis por mais 15. Tem capacidade para

20 pessoas, sendo que as mães tem a permissão de levar seus

filhos para serem protegidos junto a elas durante esse período.

Atende mulheres encaminhadas pelos CRMs (Centro de

Referência da Mulher), pelos CCMs (Centro da Cidadania da

Mulher), pelos CDCMs (Centros de Defesa e de Convivência da

Mulher) e pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de

Assistência Social), pela GCM (Guarda Civil Metropolitana), por

DDMs (Delegacia de Defesa da Mulher) e por Distritos Policiais,

além de busca espontânea. O trabalho é feito em articulação

com a rede de serviços socioassistenciais do município.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento

de Mulheres em Situação de Risco e Violência, “as casas de

acolhimento provisório constituem serviços de abrigamento

temporário de curta duração (até 15 dias), não-sigilosos, para

mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de

seus filhos, que não correm risco iminente de morte. Vale destacar

que as Casas de Acolhimento Provisório não se restringem

ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica

e familiar, devendo acolher também mulheres que sofrem

outros tipos de violência, em especial as vítimas do tráfico de

mulheres. O abrigamento provisório deve garantir a integridade

física e emocional das mulheres, bem como realizar diagnóstico

da situação da mulher para encaminhamentos necessários.”

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência

Contra as Mulheres, no âmbito do governo, a Rede de Atendimento

à Mulher em situação de Violência deve ser composta

pelos seguintes serviços:

- Centros de Referência de Atendimento à Mulher

- Núcleos de Atendimento à Mulher

- Casas-Abrigo

- Casas de Acolhimento Provisório

- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

(DEAMs)

- Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias

Comuns Polícia Civil e Militar

- Instituto Médico Legal

- Defensorias da Mulher

- Juizados de Violência Doméstica e Familiar

- Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

- Ouvidorias

- Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as

Mulheres

- Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos

de violência sexual e doméstica

- Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos

FUNCIONAMENTO

De acordo com a coordenadora da casa, há serviço de atendimento

multidisciplinar, sendo que a equipe é formada por 4 psicólogos,

3 assistentes sociais, 5 orientadores sociais, 4 auxiliares

de cozinha, 1 cozinheira, 4 auxiliares de limpeza, 1 recepcionista

e 2 GCMs. Os plantões são realizados no formato 12/36.

As mulheres acolhidas contam com apoio de psicóloga e assistente social e recebem encaminhamento para orientação e atendimento jurídico. No local também acontecem rodas de conversa, palestras e grupos reflexivos, além de atividades lúdicas e educativas para as crianças.

No dia da visita, havia 14 pessoas acolhidas na Casa, sendo

6 mulheres e 8 crianças.

QUESTIONAMENTOS:

A coordenadora Rosilene foi questionada a respeito da

casa não estar com sua capacidade máxima de vagas ocupadas

e explicou que como é um serviço rotativo, algumas vezes a

capacidade máxima de vagas é extrapolada e, em outros momentos,

nem todas as vagas são ocupadas. Quando há necessidade

de abrigar mais mulheres do que o previsto, a situação

é discutida entre todas as mulheres para que cheguem a um

acordo quanto ao que será feito nesses casos.

Houve questionamento sobre o fato de ser um serviço

relativamente caro e não atender a uma grande demanda. A

coordenadora explicou que a Casa segue as Diretrizes Nacionais

para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e

Violência e também o que rege a Política Nacional de Enfrentamento

à Violência Contra as Mulheres, que estão voltadas

para um modelo não institucionalizante e humanizado serviços,

visto que também foi questionada da possibilidade do serviço

mudar-se para um local maior e atender uma quantidade maior

de mulheres.

O principal problema apresentado pela coordenadora da

casa é o atraso nos repasses de verbas.

As responsáveis afirmaram que este ano a administração

da Casa recebeu apenas 2 repasses, sendo que o primeiro, referente

ao mês de janeiro, no dia 26/04/2017, não correspondeu

ao valor total acordado em convênio e o segundo, referente ao

mês de fevereiro, realizado apenas no dia 03/05/2017, também

não correspondeu ao valor total acordado em convênio. Nos

termos do convênio o repasse seria mensal.

A representante da Secretaria de Direitos Humanos, Sra.

Catarina alegou que alguns fatores interferiram para que isso

tenha ocorrido, como a transferência da vinculação da Casa da

Mulher Paulistana- Rosângela Rigo da Secretaria Municipal de

Políticas Para as Mulheres (que se tornou Coordenadoria) para

a Secretaria de Direitos Humanos, que tem um modelo de prestação

de contas diferente do que era usado na outra Secretaria,

sendo que então a prestação de contas estaria sendo feita de

modo equivocado.

As funcionárias da casa informaram que as adequações já

foram feitas e que pormenores na análise de prestação de contas,

que segundo elas poderiam ser resolvidos até mesmo por

telefone, contribuem para a morosidade dos repasses.

Outra dificuldade apresentada pela coordenadora da casa

foi a de que no modelo de prestação de contas atual, utilizado

pela Secretaria de Direitos Humanos, não é permitido

fazer compras com dinheiro em espécie, apenas com cheque ou

transferência eletrônica e como a casa exige pequenas compras

(como pão, leite e pequenos itens de uso diário) para as mulheres

acolhidas e seus filhos, isso dificulta as compras. Atualmente

todas as despesas estão sendo pagas em cheque, no entanto,

antes de serem notificadas quanto a isso foram feitas compras

em espécie e há comprovantes de pagamentos que comprovam que foi respeitada a finalidade do convênio, porém a verba não foi repassada.

As representantes da casa também esclareceram que todas

as metas pactuadas com o convênio foram atingidas, que este

serviço é o primeiro que o Município de São Paulo implantou

de atendimento emergencial e provisório para mulheres em

situação de violência e que o serviço tem sido utilizado como

referência para outros municípios que pretendem implantar serviço similar.

Também ressaltaram as dificuldades que tem tido para arcar

com despesas, inclusive com a alimentação das mulheres e

folha de pagamento dos funcionários. Pontuaram que dia 07/06

próximo vencem os encargos sociais e que elas não tem como

pagar sem o repasse devido. Ainda não receberam os valores

correspondentes a março e abril.

Houve questionamento sobre a possibilidade de a Casa ser

transferida para a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência

Social), visto que o formato de prestação de contas que é aderido

pela SMADS é diferente e provavelmente mais adequado a esse serviço.

A Sra. Catarina, coordenadora geral das Políticas para

Mulheres da Secretaria de Direitos Humanos, afirmou que a

questão da verba está “travada” na contabilidade, que um mês

é um tempo curto para analisarem detalhadamente a prestação

de contas, que o ideal seria trimestral, visto que antes da

mudança de Secretaria não eram eles que faziam essa análise.

As vereadoras sugeriram que seja realizada uma reunião

com a secretária adjunta da Secretaria de Direitos Humanos

para adequação dos problemas, avaliaram a possibilidade

de montar um Grupo de Trabalho e também solicitaram que

seja enviado ofício à Casa a fim de esclarecer com detalhes a situação geral desta e dos repasses para embasar a negociação desta adequação.

Notas de rodapé:

1 http://poll2017.trust.org/ , acesso em 09/12/17 às 11:17.

http://poll2017.trust.org/city/?id=sao-paulo , acesso em

09/12/17 às 11:17.

2 http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,oms-

-diz-que-13-das-mulheres-sofre-violencia-de-genero,1044831 ,

acesso em 11/12/17 às 14:55.

3 http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/11/brasil-e-o-

-quinto-pais-do-mundo-em-ranking-de-violencia-contra-mulher.

html , acesso em 11/12/17 às 15:45.

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\_

2015\_mulheres.pdf pgs. 27 e 28 - dados internacionais,

acesso em 08/12/17 às 22:44.

4 http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-

2006/2006/lei/l11340.htm , acesso em 07/12/17 às 15:18.

5 http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-

1 , acesso em 08/12/17 às 21:08.

http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/lei-

-maria-da-penha-reduziu-em-10-o-numero-de-homicidio-de-

-mulheres, acesso em 08/12/17 às 21:22.

6 https://jus.com.br/artigos/36178/lei-maria-da-penha-a-

-terceira-melhor-lei-do-mundo , acesso em 12/12/17 às 13:36.

7 https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/

sites/5/2017/05/pesquisaintegra\_0.pdf, acesso em 08/12/17

às 21:19.

http://csbh.fpabramo.org.br/node/7244 acesso em 12/12/17

às 14:30.

8 http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-

de-atendimento-a-mulher , acesso em 07/12/17 às 15:18.

9 http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-

de-atendimento-a-mulher/balanco180-2015.pdf , acesso em

08/12/17 às 21:40.

http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-

-publicacoes/mapaviolencia\_2015\_mulheres.pdf , acesso em

08/12/17 às 21:40.

10 http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\_

atual\_mulheres.pdf, acesso em 08/12/17 às 22:44

11 http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/

noticia?id\_noticia=13342928&id\_grupo=118, acesso em

11/12/17 às 13:35.

12 https://www.youtube.com/watch?v=QSQekx-xY-

-8&feature=youtu.be, acesso em 08/12/17 às 23:16.

13 http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/

noticia?id\_noticia=14445871&id\_grupo=118, acesso em

08/12/17 às 23:18.

14 http://www.paho.org/bra/, acesso em 09/12/17 às 09:22.

15http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L8080.htm,

acesso em 09/12/17 às 09:08.

http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2017/

lei/L13427.htm, acesso em 09/12/17 às 09:10.

16 http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GEVID, acesso

em 09/12/17 às 09:37.

17 http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/

uploads/2013/02/MPSPcartilhaviolenciadomestica2012.pdf,

acesso em 07/12/17 às 15:22.

18 https://leismunicipais.com.br/a/sp/l/leme/lei-ordinaria/

2017/361/3602/lei-ordinaria-n-3602-2017-institui-o-projeto-

de-prevencao-da-violencia-domestica-com-a-estrategia-

-de-saude-da-familia-e-da-outras-providencias, acesso em

09/12/17 às 09:31. Institui o Projeto de Prevenção da Violência

Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família.

19 https://www.ubatuba.sp.gov.br/diariooficial/lei\_\_de\_-

43/ , LEI NÚMERO 3997 DE 17 DE JULHO DE 2017 (Autógrafo

nº 43/17, Projeto de Lei nº. 62/17, Mensagem nº 21/17) Institui

o Projeto “Prevenção da Violência Doméstica com Estratégia

Saúde da Família”, acesso em 14/12/17 às 10:57.

20 http://documentacao.camara.sp.gov.br, acesso em

09/12/17 às 10:01.

21 http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/

negocios\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=09052014D%20

550890000, acesso em 08/12/17 às 23:02.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca\_

urbana/acoes\_especiais/index.php?p=179864 , acesso em

08/12/17 às 23:02.

22 http://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Leis/Lei-

Municipal16.165.2015.pdf, acesso em 09/12/17 às 10:12.

\*Institui a ação Ronda Maria da Penha no âmbito da Guarda

Civil Metropolitana de São Paulo.

http://www.afam.com.br/boletim-institucional/lei-municipal-

16-165-2015-institui-a-acao-ronda-maria-da-penha-no-ambito-

da-guarda-civil-metropolitana-de-sao-paulo/572, acesso

em /9/12/17 às 10:12.

23 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/

politicas\_para\_as\_mulheres/acesso\_a\_informacao/Termo\_

Cooperacao\_Guardia\_Maria\_da\_Penha.pdf

24 http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83734-botao-do-

-panico-e-tecnologia-aliada-de-mulheres-vitimas-de-violencia,

acesso em 09/12/17 às 10:18.

25 http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/

2017/01/FBSP\_Policia\_precisa\_falar\_estupro\_2016.pdf,

acesso em 09/12/17 às 10:25.

26 http://www.forumseguranca.org.br/storage/9\_anuario\_

2015.retificado\_.pdf acesso em 09/12/17 às 10:25.

27 http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\_tecnica/

140327\_notatecnicadiest11.pdf página 07, acesso em

09/12/17 às 10:50.

28 http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\_anuario\_

site\_18-11-2016-retificado.pdf Citado na página 38 , acesso

em 09/12/17 às 10:26.

29 https://www.jusbrasil.com.br/noticias/busca?q=Art.+1

28+do+C%C3%B3digo+Penal+-+Decreto+Lei+2848%2F40 ,

acesso em 13/12/17 às 16:48.

30 http://www.hospitalperola.com.br/o-hospital.php, acesso

em 07/12/17 às 15:18.

31 http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/graficos/10\_taxa\_

de\_mortalidade\_materna\_1991\_10919.pdf acesso em 09/12/17

às 22:22.

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\_brasil\_

2013\_analise\_situacao\_saude.pdf

tabela página 51, acesso em 09/12/17 às 22:22.

32 https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/nascer-nas-prisoes-

gestacao-e-parto-atras-das-grades-no-brasil, acesso em

10/12/17 às 09:21.

33 http://agenciapatriciagalvao.org.br/direitos-sexuais-e-reprodutivos/

pesquisa-inedita-revela-suplicio-das-mulheres-gravidas-

presas-nas-cadeias-brasil/ acesso em 10/12/17 às 09:18.

34 http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-

2018/2017/lei/L13434.htm, acesso em 07/12/17, às 15:18.

35 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/

direitos\_humanos/mulheres/rede\_de\_atendimento/index.

php?p=209597, acesso em 07/12/17, às 15:18.

36 http://www.capital.sp.gov.br/noticia/servico-centros-

-de-referencia-a-mulheres-crms, acesso em 07/12/17, às 15:23.

37 O equipamento recebeu o nome de Maria de Lourdes

Rodrigues, como homenagem à feminista que foi uma das

fundadoras da Liga Brasileira de Lésbicas e coordenadora-

-geral da Diversidade da extinta Secretaria de Políticas para as

Mulheres (SPM) do Governo Federal. Trecho extraído de: http://

www.capital.sp.gov.br/noticia/capao-redondo-ganha-centro-

-de-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia acesso em

10/12/17 às 09:48.

38 http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-

-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/

norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf/view

39 https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-

a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-

-as-mulheres, acesso em 10/12/17 às 09:59.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\_

humanos/mulheres/, acesso em 10/12/17 às 09:59.

40 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas\_

para\_as\_mulheres/, acesso em 10/12/17 às 11:16.

41 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/

direitos\_humanos/igualdade\_racial/legislacao/index.

php?p=150459, em 2017- Deixa de ser secretaria e passa a ser

uma coordenadoria. Acesso em 07/12/17 às 15:18.

42 http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-

2014/2013/decreto/d8086.htm, acesso em 09/12/17 às 11:26.

43 http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb- 2015,

acesso em 10/12/17 às 11:26.

http://www.spm.gov.br/noticias/spm-e-prefeitura-de-sao-

-paulo-acertam-finalizacao-da-casa-da-mulher-brasileira, acesso

em 10/12/17 às 11:26.

44 I - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, a

quem compete sua coordenação geral;

II - Secretaria do Governo Municipal;

III - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e

Gestão;

IV - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social;

V - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras;

VI - Secretaria Municipal de Relações Governamentais;

VII - Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos;

VIII - Secretaria Municipal de Educação;

IX - Secretaria Municipal da Saúde;

X - Secretaria Municipal de Transportes;

XI - Secretaria Municipal de Segurança Urbana;

XII - Secretaria Municipal de Habitação;

**XIII - Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e**

**Empreendedorismo;**

XIV - Secretaria Municipal de Cultura;

XV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XVI - Secretaria Municipal de Serviços;

XVII - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

XVIII - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e

Mobilidade Reduzida;

XIX - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

XX - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

45 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/

upload/politicas\_para\_as\_mulheres/acesso\_a\_informacao/Termo\_

de\_cooperacao\_C\_O\_Emprego\_Domestico.pdf, acesso em

07/12/17, às 15:18.

46 http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-cria-nucleo-

de-genero-e-sexualidade-na, acesso em 10/12/17 às 11:42.

47 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/

politicas\_para\_as\_mulheres/acesso\_a\_informacao/Convenio%

20n%20176-2013%201%20SPM%20PR.pdf

48 http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-empossa-

708-mulheres-para-foruns, acesso em 10/12/17 às 12:06.

49 http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/

negocios\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=24122013L%20

159460000, acesso em 13/12/17 às 17:02.

50 http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/

negocios\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=01042015D%20

560210000

51 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/

politicas\_para\_as\_mulheres/acesso\_a\_informacao/Termo\_

de\_cooperacao\_C\_O\_Emprego\_Domestico.pdf

52 Apostila “Autonomia econômica das mulheres”- prefeitura-

2016

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/

politicas\_para\_as\_mulheres/arquivos/Cartilha\_Autonomia\_Mulheres\_

2016.pdf, acesso em 07/12/17 às 15:18.

53 Diário Oficial, pág. 40 - http://www.prefeitura.sp.gov.

br/cidade/secretarias/upload/trabalho/DOC%2017%2012%20

2015.docx

54 http://documentacao.camara.sp.gov.br, acesso em

13/12/17 às 11:35.

55 http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/

negocios\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=14072016L%20

164880000, acesso em 13/12/17 às 11:37.

56 http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.

aspx?ClipID=5PVH8BLNI4FCMe0R1U2L3SP1NC3

57 POLÍTICAS PARA AS MULHERES GABINETE DA SECRETÁRIA

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 001/

SMPM/SMADS/2015 PROCESSO: 2013-0.039.788-4 PARTÍCIPES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

– SMPM E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

SOCIAL – SMADS. OBJETO:

Implementação da Política de Atendimento à Mulher em

Situação de Violência Doméstica e Familiar de Gênero em todos

os serviços vinculados à Secretaria Municipal de Políticas para

as Mulheres – SMPM e à Secretaria Municipal de Assistência

e Desenvolvimento Social – SMADS. Data da Assinatura:

17/12/2015 Prazo de Vigência: Indeterminado a) DENISE MOTTA

DAU, Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. b)

LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA, Secretaria Municipal de

Assistência e Desenvolvimento Social.

58 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\_

humanos/mulheres/rede\_de\_atendimento/, acesso em

10/12/17 às 18:00.

59 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/

direitos\_humanos/mulheres/noticias/?p=226805, acesso em

10/12/17 às 13:27.

60 http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/

helenira-resende-de-souza-nazareth/index.html acesso

em 10/12/17 às 13:55.

61 http://www.apadep.org.br/noticias/dia-8-de-marco-

-conheca-o-nucleo-especializado-de-promocao-e-defesa-dos-

-direitos-da-mulher-da-defensoria-publica-de-sp-que-atua-no-

-combate-a-violacoes-e-discriminacoes-contra-as-mulheres/

acesso em 10/12/17 às 13:59.

62 http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2011-

2014/2013/Decreto/D8086.htm, acesso 07/12/17 às 15:18.

63 Observação: de acordo com Termo de Convênio

111/2014 com a SPM/PR, encontrando em http://www.prefeitura.

sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/politicas\_para\_as\_mulheres/

acesso\_a\_informacao/Copia%20Conveio%20111-2014.

pdf , o prazo de vigência do convênio era de 24 meses após sua

assinatura, em dezembro de 2014.

64 http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-

2018/2016/decreto/D8726.htm, acesso em 14/12/17 às 08:49.

65 http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/casa-da-

-mulher-brasileira, acesso em 07/12/17 às 15:18.

66 http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-

-mulher-viver-sem-violencia, acesso em 13/12/17 às 20:36.

67 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/

politicas\_para\_as\_mulheres/arquivos/1\_Plano\_Munic\_Poli\_

Mulheres.pdf, acesso em 10/12 às 18:03.

68 http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.

aspx?ClipID=70VVT1J670952e5KBOQHTD53C5O,

acesso em 10/12/17 às 18:09.

69 https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/servicos/informa

cao?tema=596&conteudo=1188, acesso em +07/12/17 às 15:18

70 http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-

-do-suas/financiamento/repasses/fundo-a-fundo, acesso em

10/12/17 às 18:20.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\_

social/comas/entidades/index.php?p=578, acesso em

10/12/17 às 18:20.

71 http://www.capital.sp.gov.br/cidadao/familia-e-assistencia-

social/centros-de-acolhida/centros-de-acolhida-especial/

centro-de-acolhida-para-mulheres-em-situacao-de-rua, acesso

e4m 07/12/17 às 15:18.

72 http://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/pesquisamobilidade2017.

pdf, acesso em 14/12/17 Às 10:18.

73 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/,

acesso em 10/12/17 às 18:25.

74 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/

institucional/sptrans/acesso\_a\_informacao/index.php,

acesso em 10/12/17 às 18:26.

75 http://www.metroviarios.org.br/site/diretoria/, acesso em

10/12/17 às 18:28.

76 http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/cptm-metro-

-e-emtu-se-unem-contra-abuso-sexual-no-transporte-coletivo/,

acesso em 10/12/17 às 18:43.

https://tj-sp.jusbrasil.com.br/noticias/493393465/tjsp-e-15-

-instituicoes-lancam-campanha-contra-abuso-sexual-nos-transportes,

acesso em 10/12/17 às 18:43.

77 Lei nº 16.488, de 13 de julho de 2016

http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/

L16488.pdf , acesso em 10/12/17 às 19:03

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/

emasp/cursos/index.php?p=239245, acesso em 10/12/17 às 19:03.

78 https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/

pro-equidade/pdf/cartilha-de-assedio-moral-e-sexual, acesso em

10/102/17 às 19:12.

79 http://www.hospitalperola.com.br/o-hospital.php, acesso

em 07/12/17 às 15:29.

80http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/

2016/12/Pesquisa\_ViolenciaSexual\_2016.pdf, acesso em

10/12/17 às 19:45

81 http://www.hospitalperola.com.br/programa-bem-me-

-quer.php, acesso em 07/12/17 às 14:07.

82 http://www.hospitalperola.com.br/ambulatorio.php,

acesso em 07/12/17 às 15:29.

83 As situações de violência sexual que necessitam de

atendimento de emergência recebem atenção no Serviço de

Pronto Atendimento da instituição, disponível 24 horas, todos

os dias da semana, incluindo-se feriados. Casos que não necessitam

intervenção médica de urgência podem buscar pelo

Serviço Social de 2ª a 6ª feira, das 7:00 ás 19:00 horas. Não

é necessário apresentar encaminhamento de outro serviço de

saúde ou Boletim de Ocorrência Policial para receber atendimento.

O Centro de Referência da Saúde da Mulher também

conta com uma unidade do Instituto Médico Legal (IML),

especializada no atendimento de casos de violência sexual. No

entanto, para acessar aos procedimentos oferecidos pelo IML,

diferentes daqueles acima descritos, é necessária a apresentação

de requisição da Autoridade Policial, feita durante o Boletim

de Ocorrência Policial.

84 http://www.aids.gov.br/pt-br/cta-henrique-de-souza-

-filho-henfil, acesso em 07/12/17 às 15:29.

85 http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/

direitos\_humanos/mulheres/rede\_de\_atendimento/index.

php?p=209653, acesso em 09/12/17 às 11:48.

86http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-atendimento-

as-mulheres-em-situacao-de-violencia/&sa=D&ust=1

513245895136000&usg=AFQjCNH-UQInYTfR-c\_IehOwFodOzKDpUQ,

acesso em 07/12/17 às 15:29.

87 http://www.inca.gov.br/conteudo\_view.asp?id=108,

acesso às 07/12/17 às 15:29.

88 http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\_esf.php, acesso

em 07/12/17 às 15:29.

http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf,

acesso em 07/12/17 às 15:29. - Política Nacional de Atenção Básica

89 http://conitec.gov.br/images/Protocolos/livro-pcdt-oncologia-

2014.pdf, acesso em 10/12/17 às 19:58.

90 https://www.febrasgo.org.br/, acesso em 10/12/17 às

20:08.

91 https://ac.els-cdn.com/S1413208715000540/1-s2.0-

S1413208715000540-main.pdf?\_tid=9079e53c-dd35-11e7-

bd5c-00000aacb361&acdnat=1512860958\_bc04be5439e70a-

6ef1e57caab2c4464a, acesso em 12/12/17 em 11:30.

92 https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/

files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20

Crack.pdf Capítulo 6, página 87, dedicado mulheres nas cracolândias,

acesso em 10/12/17 às 20:48.

http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/131/uso-distorcido-

da-lei-e-responsavel-por-separar-maes-pobres-e-usuarias-

-de-crack-dos-filhos, acesso em 10/12/17 às 20:56.

93 http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2016/Relatorio\_

ImplanteEtonogestrel\_Anticoncepo\_final.pdf, acesso em

12/12/17 às 15:59.

94 https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/

pnad2015/default.shtm, acesso em 07/12/17

às 17:45.

95 https://ww2.ibge.gov.br/home/, acesso em 07/12/17 às

15:48.

96 http://www.seade.gov.br/, acesso em 07/12/17 às 15:45

97 http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/04/Press\_

domestica\_abr2016-1.pdf, acesso em 12/12/17 às 17:23

http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/11/Boletim\_

negro\_2017\_RMSP.pdf

98 http://www.seade.gov.br/aumenta-ocupacao-nos-servicos-

-domesticos-e-diminui-rendimento/, acesso em 09/12/17 às 12:13

http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/03/Mulher\_

Trabalho\_n28\_marco2017-3.pdf, acesso em 13/12/17 às 17:50.

99 Técnicos do CDHIC - Centro de Direitos Humanos e Cidadania

do Imigrante informam que está previsto para fevereiro

de 2018 o lançamento do diagnóstico oficial referente a situação

destas mulheres, realizado a partir das Rodas de Conversa

- Mulheres migrantes e refugiadas trabalhadoras domésticas.

100 Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,

além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária

ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que

preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado,

capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua

família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário,

higiene, transporte e previdência social, com reajustes

periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada

sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade

do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção

ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os

que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração

integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime

sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da

remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da

empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família para os seus dependentes;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador

de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela

Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas

diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação

de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção

coletiva de trabalho; (Vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em

turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

101 http://direitosp.fgv.br/pesquisador/ligia-paula-pires-

-pinto-sica, acesso em 13/12/17 às 18:20.

102 https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pedm

ulhersao.pdf, acesso em 13/12/17 às 18:41.

103 http://www.magistradotrabalhista.com.br/2015/01/

glass-ceiling.html, acesso em 07/12/17 às 15:45.

104 de progressão nas carreiras foi conceituado por Le

Freuve e Lapeyere, 2005. Esse conceito parte da ideia que os

homens são competentes na esfera profissional não precisando

demonstrar isso, enquanto que as mulheres precisam provar

que são competentes profissionalmente. É desenvolvido o Pressuposto

de que elas não possuem disponibilidade total para

o trabalho, atribuindo-se apenas as mulheres a conciliação da

vida familiar e profissional. Os homens ficariam dispensados

dessa conciliação constituindo o perfil desejado de dedicação

integral á profissão.

Feuvre, N. & Lapeyere N. Les "Scripts Sexues" de carriere

dans les professions juridiques em France. Knowledge, Work &

Society. Vol. 3, nº 1. Savoir, Travail et Société, p. 103-125, 2005.

105 Relação Anual de Informações Sociais, http://www.rais.

gov.br/sitio/index.jsf, acesso em 07/12/17 às 15:45.

106 http://www.ilo.org/brasilia/lang--pt/index.htm, acesso

em 07/12/17 às 15:45.

107 http://www.onumulheres.org.br/, acesso em 07/12/17

às 15:45.

108 https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030, acesso

em 13/12/17 às 13:48. https://nacoesunidas.org/wp-content/

uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf, acesso em 13/12/17

às 13:48.

109 https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/

Glossario-ODS-5.pdf, acesso em 13/12/17 às 13:50.

110 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

111 https://imulherempreendedora.com.br/quem-somos,

acesso em 13/12/17 às 12:48.

112 https://imulherempreendedora.com.br/quem-somos,

acesso em 13/12/17 Às 12:49.

113 http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/

2016/04/proequidade\_para-site.pdf, acesso em 13/12/17 às 12:42.

114 http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/

2016/04/cartilha\_WEPs\_2016.pdf, acesso em 13/12/17 às 12:43.

115 http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/

2016/04/cartilha\_WEPs\_2016.pdf, acesso em 13/12/17 às 12:37.

116 http://www.onumulheres.org.br/noticias/igualdade-

-significa-negocios-onu-mulheres-e-pacto-global-realizam-

-forum-weps-sobre-o-empoderamento-das-mulheres-no-setor-

-privado/, acesso em 13/12/17 às 12:36.

117 http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/12/

Lev2016.pdf, acesso em 13/12/17 às 14:46.

118 http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/

eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-

-menor-que-2012, acesso em 13/12/17 às 12:23.

https://www.revistaforum.com.br/2016/10/06/brasil-elegeu-

-apenas-32-vereadoras-negras-em-2016-politica-e-branca-masculina-

e-proprietaria-diz-estudo/, acesso em 13/12/17 às 12:23.

119 http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/

2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-

-na-politica, acesso em 14/12/17 às 09:43.

120 http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--

-dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/

wcms\_334882.pdf Página 19, acesso em 13/12/17 às 12:15.

121 http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/

biblioteca/evolucao-da-taxa-de-homicidios-de-negras-e-

-brancas-por-100-mil/, acesso em 13/12/17 às 16:43.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2017

Edir Sales (PSD) - Presidente

Soninha Francine (PPS) - Vice-Presidente e Relatora

Sandra Tadeu (DEM) - Sub-Relatora da Saúde

Sâmia Bonfim (PSOL) - Sub-Relatora da Violência contra

a mulher

Patrícia Bezerra (PSDB)

Isac Félix (PR)